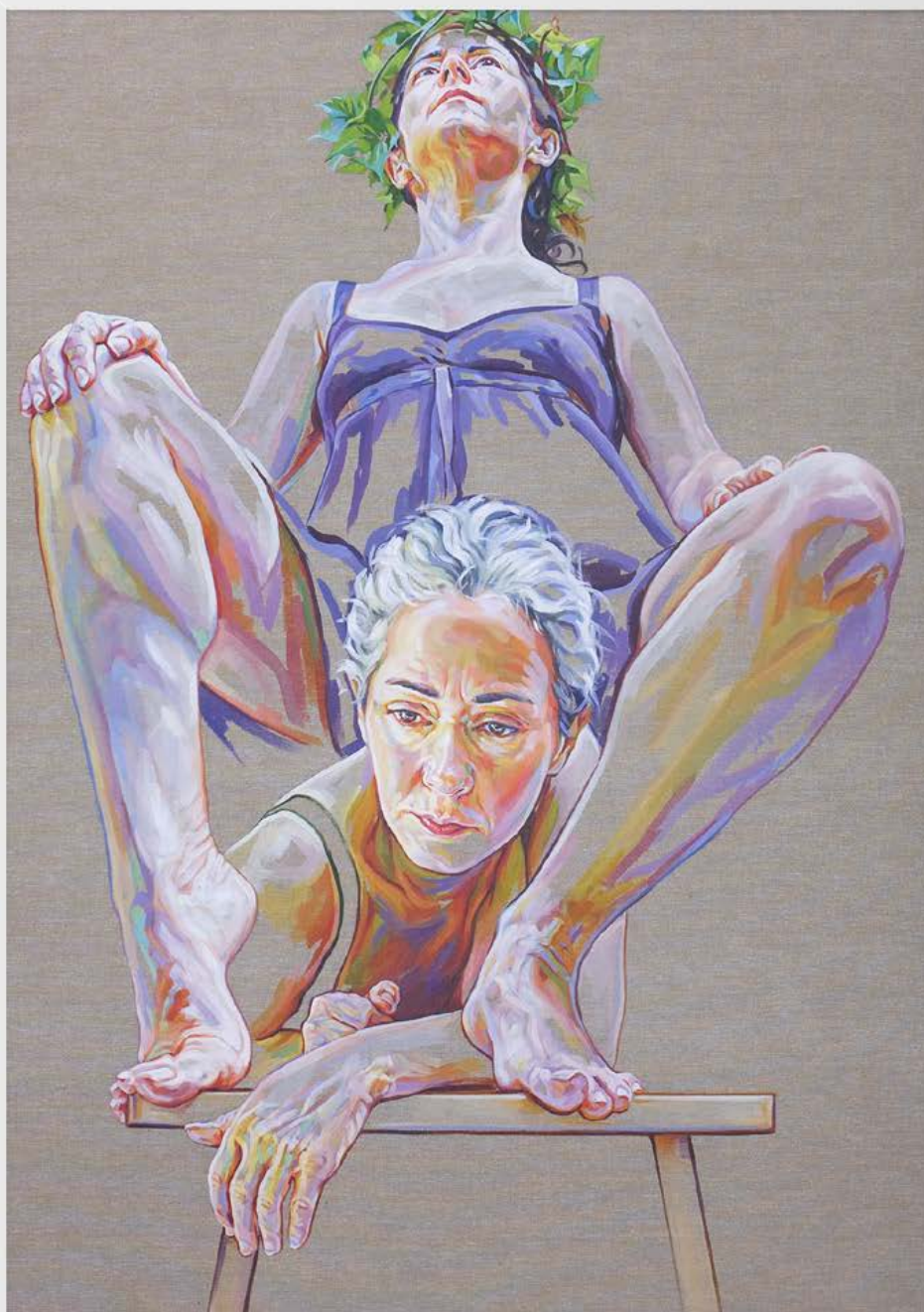


DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE





Lisboa, Paris, Marraquexe



+351 211 978 542



CONSULTORIA FISCAL E DE GESTÃO

Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH

Duas décadas a apoiar empresas



info@cisterdata.pt



www.cisterdata.pt

p/ 06 e 07.

Destaques AILD. Por José Governo
Concurso Literário. Por Philippe Fernandes, Presidente da AILD

p/ 12.

Grande Entrevista
Filipe Santos Costa, Presidente da AICEP

p/ 30.

A Revolução das Necessidades
Por Joana Gaspar, Presidente da Associação Sindical
dos Diplomatas Portugueses

N E S T A E D I Ç Ã O

p/ 38.

História Social de Angola,
Depoimento de Esmeralda Santos

p/ 44.

Artes e Artistas Lusos. César Martiniano
Por Terry Costa, Presidente do Conselho Cultural da AILD

p/ 54.

Ambiente. O efeito ilhas de calor e a sua mitigação
Por Vítor Afonso

Obra de capa

Artista Plástica: Cristina Troufa

Dimensões: 100 x 80 cm

Técnica: Acrílico sobre tela

O Trono

Nascemos de nós mesmos, repensados pela idade e pelo trauma. Somos sob e sobre nós outros que se inventam para o ciclo que se inaugura. Não julgues que dominas quem te tornas. Segues à deriva, ainda que a deriva te faça a depuração lenta que, no fim, te explicará a morte e te justificará a vida.

Sobe teu corpo ao ponto do sol. Serve-te da sua luz, porque a treva haverá de engolir tudo e a memória vai usar a cicatriz mais funda que lhe ofereceres para regressar ao calor de antes.

Valter Hugo Mãe, escritor



obrasdecapa.pt

F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** Carolina Cunha, Carolina Muralha, Cristina Passas, Diana Correia, Eduarda Oliveira, Flávio Alves Martins, João Vieira, José Governo, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marinela Cerqueira, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Philippe Fernandes, Sílvia Faria de Bastos, Vitor Afonso | **Revisão** Fátima Pinheiro | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: descendencias.pt T: 309 921 350 | **Publicidade** E: publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos anúncios nem pela

exatidão das características e propriedades dos produtos e/ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e j), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 40, abril 2024 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

“Nascemos de nós mesmos, repensados pela idade e pelo trauma. Somos sob e sobre nós outros que se inventam para o ciclo que se inaugura. Não julgues que dominas quem te tornas. Segues à deriva, ainda que a deriva te faça a depuração lenta que, no fim, te explicará a morte e te justificará a vida.

Sobe teu corpo ao ponto do sol. Serve-te da sua luz, porque a treva haverá de engolir tudo e a memória vai usar a cicatriz mais funda que lhe ofereceres para regressar ao calor de antes”

Valter Hugo Mãe

A descoberta da Descendências inicia-se com duas magníficas obras de pintura e escrita. Não avance já, contemple e desfrute.

Duas novas ações saídas de um plano de atividades rico e em crescendo, com um destaque num concurso literário que na sua 3ª edição viaja até ao país do meu coração: Angola. Descobrimos como o Golf pode ser uma excelente ponte de empresários de cá e de lá, mas ninguém melhor para falar de empresas, empresários e investimentos que o nosso entrevistado em destaque

deste mês: Filipe Santos Costa, presidente da AICEP. Desvendamos o antes e o depois de abril da Diplomacia Portuguesa e percebemos a importância de um ensino de qualidade das duas línguas oficiais em Macau, o Português e o Chinês. Recolhemos o depoimento de Esmeralda Santos, uma das obreiras do Largo das Heroínas, sofremos na solidão do poeta (e político) guineense Francisco Conduto de Pina, e alertamos para os perigos dos incêndios e a prevenção que deve começar por cada um de nós. Fomos aos Açores conhecer a obra de César Martiniano e, será que a nossa Diáspora pode melhorar o cluster farmacêutico em Portugal? Podemos minimizar o efeito “ilhas de calor” das grandes cidades começando pelos mais novos – no espaço Luso-criança. Fazemos um “elogio ao azeite” e esclarecemos se a exposição solar é nossa aliada ou inimiga. Viajamos pelas rotas lusitanas e Paulo Goulart faz o milagre de nos levar pela sua lente aos “Santos de casa”. Depois de 15 anos a viver em diversos países Susana Filipe, regressou a Portugal. Se temos dois olhos, porque não vemos tudo a dobrar? E o Parque das Nações, já não é que era? Comemoramos abril com leituras de excelência!



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

A C O N T E C E U

Destques AILD

Campanha Estudar em Portugal.

Em 2020 a AILD abraçou esta campanha de incentivar os jovens das Comunidades Portuguesas a agarrarem a oportunidade de ingressar no ensino superior em Portugal através do contingente especial que existe, com todas as vantagens diretas, identificando também, um conjunto de outras vantagens bastante válidas, que reforçam a importância e mais valia desta decisão, tendo definido 10 motivos e vantagens em virem estudar para Portugal. Tendo em conta o impacto positivo que teve, e o número significativo de pessoas que nos contactou às quais informamos e orientamos, consideramos que deva ser uma iniciativa a repetir em 2024. Estamos assim já a preparar a próxima campanha Estudar em Portugal 2024, no sentido de motivar os jovens lusodescendentes a virem realizar os seus estudos universitários em Portugal, que será ancorada através de vários meios de comunicação, com destaque para o digital. Estamos certos que esta colaboração trará frutos positivos para Portugal, pois, permitirá dotar o nosso país de jovens que possam aqui concluir os seus estu-



dos e iniciar a sua carreira profissional em Portugal. Os responsáveis da AILD pelo desenvolvimento deste projeto são, José Governo (Diretor Executivo da AILD), Jorge Vilela (Diretor Executivo da AILD) e Diana Correia (Diretora Geral de Comunicação).

IIIª edição da ação “Obrigado e Boa Viagem”. A Associação Internacional dos Lusodescendentes - AILD estará de novo em 2024 na fronteira de Vilar Formoso a protagonizar a 3ª edição da ação “Obrigado e Boa Viagem”, num gesto simbólico de agradecimento aos emigrantes que regressam aos seus países de acolhimento após um período de férias, agradecendo a sua estadia e férias em

Portugal, por tudo aquilo que significa a sua presença, entre tantas coisas a promoção das dinâmicas económicas tão importantes nos territórios do interior e de baixa densidade, e ao mesmo tempo desejar-lhes uma boa viagem de regresso, deixando-lhes uma palavra de conforto num momento difícil que é a despedida dos amigos, da família e das suas raízes. Este gesto tem tido um enorme impacto junto dos emigrantes e lusodescendentes que naquele dia por ali passam e têm contacto connosco, sentindo-se confortados, pela despedida e valorizados pela sua vinda a Portugal, tendo este evento despertado o interesse dos órgãos de comunicação social, e a colaboração e parceria da Câmara Municipal de Almeida, GNR local e de diversas empresas privadas que partilham connosco produtos portugueses para podermos oferecer aos nossos concidadãos. Os responsáveis da AILD pelo desenvolvimento deste projeto são, Cristina Passas (Diretora Executiva da AILD), José Governo (Diretor Executivo da AILD) e Jorge Vilela (Diretor Executivo da AILD).

Este ano, Nuno Gomes Garcia, presidente do júri da IIIª Edição do Concurso Literário “As Minhas Férias”, convida as crianças e jovens lusófonos a viajarem até Angola, usando para isso, a criatividade literária e a apresentarem os seus textos.

O concurso Literário “As Minhas Férias” promovido pela AILD em parceria com a Editora Leya, a Fundação Calouste Gulbenkian/França e a Rádio Arc en Ciel, dá a oportunidade aos jovens escritores que vivem fora dos seus países de origem, a explorar a sua criatividade, usando para isso a língua portuguesa. Quem não conhece pessoalmente Angola, tem aqui a oportunidade de conhecer este país usando

todos os meios disponíveis e, porque não, pedir ao professor de geografia para dedicar uma aula a este país. Também o professor de biologia pode dar o seu contributo, abordando o mundo animal e das plantas assim como o professor de física e química pode colaborar, abordando, por exemplo, as rochas e minérios típicos e abundantes de Angola. A escola pode envolver-se neste desafio através de uma abordagem multidisciplinar, sendo talvez, o professor de português, o mais bem posicionado para incentivar a turma a envolver-se neste desafio, incorporando-o como uma atividade letiva enriquecedora para todos os participantes, e até o refeitório da escola

| A I L D

Concurso Literário

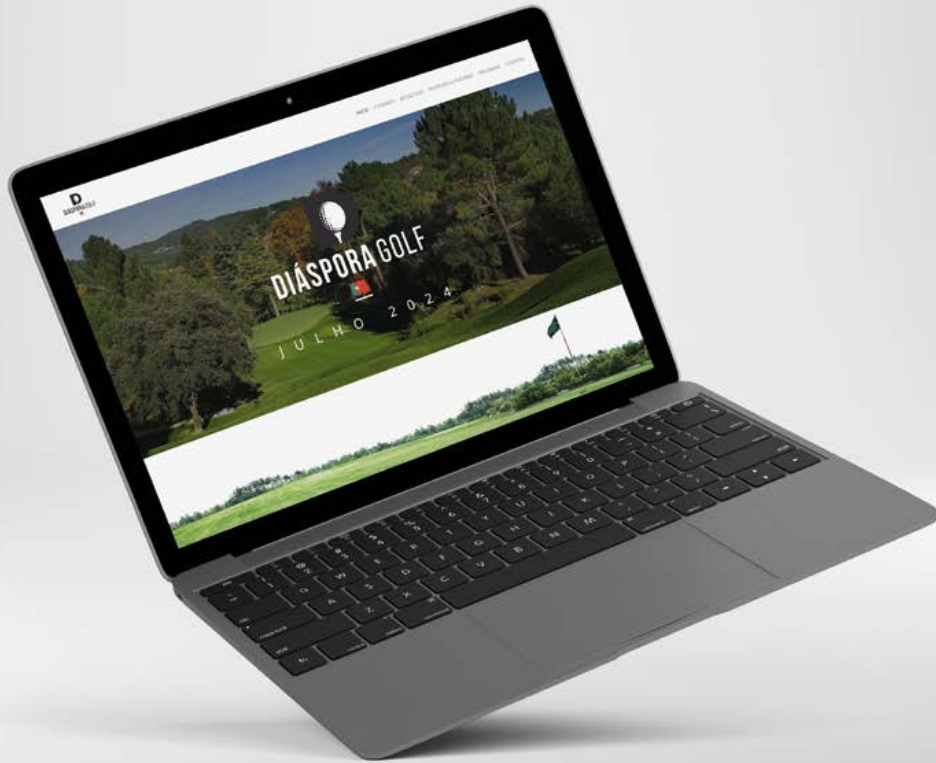
“As minhas férias em Angola”

poderá também juntar-se à iniciativa apresentando refeições com os sabores típicos de Angola.

A liberdade artística é, portanto, total, podem escrever um diário de viagem, compartilhar impressões soltas de um dia ensolarado, mergulhar nas águas do mar, criar uma história de ficção ou um conto inspirado numa música tradicional angolana.

O prazo para a entrega dos trabalhos vai até 15 de outubro, dando tempo para planear a realização deste desafio pelo que o melhor prazo para o começar, é hoje! No dia 9 de dezembro, conheceremos os vencedores de cada categoria, e teremos oportu-

nidade de os ver brilhar na cerimónia de entrega de prémios e na Oficina de Escrita a ocorrer em Paris, na Maison du Portugal da Cidade Universitária e na Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, respetivamente, em janeiro de 2025. A experiência não termina com a entrega dos prémios, pois os participantes poderão descobrir o texto dos outros participantes e conhecer outras manifestações de criatividade, pois apesar do ponto de partida ser o mesmo, verão que a criatividade humana não conhece limites. Convido todos a ajudar estas crianças a expressarem a sua criatividade, pois a AILD assim o fará.



EMPRESA ASSOCIADA

Esboço Curioso

Começamos a nossa conversa por conhecer um pouco melhor o percurso do José Domingos. Como decidiu fundar a Esboço Curioso? Qual foi a motivação por trás da criação da empresa?

Esta decisão surgiu porque, após mais de 30 anos de experiência a organizar eventos de golfe a nível nacional e internacional, identificamos competências e vontade de juntar pessoas com interesses comuns. Inicialmente, fizemo-lo de forma associativa e, a partir de 2012, de forma empresarial.

Atualmente, quais são os principais serviços/produtos disponibilizados Esboço Curioso e a quem se destinam?

No que concerne o projeto Diáspora Golf, aproximamos os empresários da Diáspora dos empresários com centro de atividade nacional, organizando eventos de golfe. A empre-

sa dedica-se igualmente à prestação de serviços de formação e consultoria, dirigidos a organizações e a particulares em ambiente de golfe. Criamos programas personalizados, focados no desenvolvimento de competências de equipas, engagement, motivação e alto desempenho.

Quais são as características distintivas da sua marca em comparação com outras empresas do mesmo ramo?

O nosso foco está na total personalização dos programas que desenvolvemos. Estudamos as necessidades dos clientes e co-construímos, com eles, as soluções mais adequadas. O cenário predileto para as atividades e dinâmicas que propomos é o campo de golf, mas podemos propor outros locais e ambientes.

Como é que a empresa seleciona os temas e abordagens para os seus eventos, como o Diáspora Golf?



José Domingos

Considerando as valências, interesses e até mesmo paixão dos elementos da equipa pelo golf, nada mais natural do que a criação de “produtos” que se rodeassem das belas paisagens que esta modalidade proporciona. Por outro lado, é um desporto que favorece networking e contacto social muito diversificado e dinâmico. Pelo que considerámos que seria um palco muito propício para aproximar a Diáspora e oferecer aos participantes bons momentos de convívio, assim como oportunidades de negócio.

Quais têm sido os maiores desafios enfrentados ao organizar eventos como o Diáspora Golf e como é que têm sido ultrapassados?

A organização de eventos constitui sempre um grande desafio. Pretendemos, sempre, estar atentos ao pormenor, à diferenciação e qualidade, à excelência... Pelo que o planeamento é fundamental. As edições são estudadas com mais de um ano de antecedência e a identificação de parceiros ídem. Por outro lado, e sendo o conceito a Diáspora, dirigimo-nos, literalmente, para todo o mundo! Encontra-

mos portugueses em todos as geografias. E muitos deles jogam, ou têm interesse no golf. Pelo que a comunicação é essencial. Felizmente, temos o apoio de algumas entidades e jogadores na divulgação e, agora, com a AILD esperamos conseguir uma abrangência ainda maior.

Como é que a Esboço Curioso identifica e convida emigrantes de sucesso para participarem nos eventos, como o Diáspora Golf?

A primeira edição surgiu pelo conhecimento que tivemos, a título pessoal, de alguns jogadores sedeados em França. Pelo que centrámos esforços nesse importante país destino dos nossos emigrantes. Mas cedo percebemos que há redes informais, contatos familiares ou de amizade e também algumas associações e entidades que estão muito empenhadas na divulgação do nosso país e de atividades pensadas para o universo da Diáspora. Temos assistido, pois, a um crescimento muito orgânico e sustentado, e que gostaríamos de ver ampliado através de redes como a AILD ou mesmo estruturas governamentais.



Qual tem sido a resposta e o *feedback* dos participantes e patrocinadores dos eventos organizados pela Esboço Curioso, incluindo o Diáspora Golf?

O esforço e investimento que temos feito tem tido um resultado excepcional. Admitimos que superior ao esperado. Pelo que, a cada projeto ou edição, ganhamos fôlego e motivação para prosseguir. Os jogadores “exigem-nos” o lançamento de novas edições, os parceiros dão-nos conta de contactos, *leads* e negócio feitos a partir do networking que proporcionamos. Ou seja... objetivo(s) concretizados!

Quais são os valores fundamentais que guiam o trabalho da Esboço Curioso e como é que estes se refletem nas suas iniciativas?

Paixão pelo que fazemos. Rigor na execução. Valor na entrega.

Quais são os principais planos de expansão ou novos serviços que a empresa tem para o futuro?

Pretendemos aumentar o número de jogadores, assim como diversificar os países de origem. Quanto mais representada estiver a Diáspora, mais concretizamos a nossa missão. Gostaríamos, no futuro, de poder ter provas internacionais ou semi-finais em vários países. Algo que implica toda uma estrutura e recursos que levarão o seu tempo a implementar. Mas parece-nos um desenvolvimento natural.

Como sente a portugalidade? É um tema presente na sua empresa?

A portugalidade está no centro do conceito Diáspora Golf. Encaramos a portugalidade e a Diáspora como altamente diferenciadores e potenciadores, em concreto no mundo dos negócios. Pretendemos, por isso, contribuir para a



criação de redes de contacto que aproximem portugueses espalhados pelo mundo e que promovam o seu nome, qualidade e potencial.

A AILD está a criar uma rede internacional de pessoas que se vão poder interligar e colaborar entre si. Como vê este projeto e quais as vossas expectativas?

A AILD é um *fit* completo com a atividade, objetivos e missão da Esboço Curioso e do Diáspora Golf em particular. Acreditamos no poder das redes, do networking, do con-

vívio e “vendas cruzadas” que podem ocorrer quando conhecemos e acreditamos na qualidade do produto/serviço/estilo de vida português.

Que palavras deixaria sobre a AILD aos empresários que irão ler esta entrevista relativamente a esta plataforma global?

Adesão. Divulgação. Participação. Temos de nos envolver nestes “movimentos” e ser proativos. Por isso... dia 27 de julho, em Vidago, teremos todo o gosto em receber os associados da AILD e leitores deste artigo!



João Vieira

Diretor Geral AILD - Negócios & Empresas

GRANDE ENTREVISTA

FILIPPE SANTOS COSTA

PRESIDENTE DA AICEP

Desde 2023, traz consigo um vasto e sólido background académico e profissional. Doutorando em “Estudos de Segurança e Estratégia” na FCSH da Universidade Nova de Lisboa e mestre em “Desenvolvimento e Cooperação Internacional” pelo ISEG da Universidade de Lisboa, Filipe Santos Costa conta com uma grande diversidade de experiências que vão desde consultoria até jornalismo e docência. Com um percurso profissional que inclui representações diplomáticas em São Francisco e Xangai, além de colaborações com agências especializadas da ONU em Genebra e a AICEP em Madrid, Filipe Santos Costa destaca-se como uma figura multifacetada no panorama da diplomacia económica portuguesa, preparada para enfrentar os atuais desafios do mercado global e para protagonizar um novo ciclo de atração de investimento para Portugal e de apoio à internacionalização das empresas portuguesas.



© Tiago Araújo

É desde junho de 2023 presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), assumindo há cerca de nove meses os comandos do organismo público que promove a globalização da economia portuguesa. O que o levou a aceitar a desafiante posição de Presidente da AICEP?

Ser um desafio estimulante, que me permite servir o meu País. Desde cedo que exerço funções públicas, ligadas à promoção de Portugal na economia internacional. É um orgulho e uma honra poder apoiar as empresas portuguesas pelo Mundo e captar investimento estrangeiro, com o objetivo último de estimular o crescimento económico e dos rendimentos em Portugal. Tenho a oportunidade única de

contribuir para fazer uma diferença positiva na economia e na competitividade do País.

No seu discurso de tomada de posse afirmou estar preparado para “enfrentar os atuais desafios do mercado global e protagonizar um novo ciclo de atração de investimento para Portugal e de apoio à internacionalização das empresas portuguesas”. Dito isto, por onde tem passado a estratégia de promoção da globalização da economia portuguesa?

A nossa primeira prioridade tem sido reforçar a atratividade e promoção de Portugal como destino para investimentos produtivos, sejam nacionais ou estrangeiros.

Queremos atrair investimento intensivo em capital e tecno-





logia, gerador de bens transacionáveis de elevado valor acrescentado, e apreciador das qualificações e dos salários dos portugueses. Trabalhando sobre as apostas nacionais, já ganhas, na transição energética e na transformação digital, queremos atrair investimentos estratégicos e estruturantes de indústria verde e da economia de dados.

Paralelamente, trabalhamos no apoio à internacionalização das empresas, com especial atenção à diversificação de mercados, e na promoção das exportações, procurando aumentar a sua incorporação nacional e o seu perfil tecnológico. Promovemos a imagem de um País inovador e sustentável. Acreditamos que a dinamização da globalização da economia nacional passa pelo sucesso da dupla missão da AICEP: atração de novo investimento produtivo para Portugal e promoção da internacionalização das empresas portuguesas.

Mostrou estar desde logo disposto a enfrentar os desafios do mercado global. Considerando os desafios económicos atuais, quais são os principais obstáculos que esperam nos próximos anos na promoção da internacionalização da economia portuguesa?

Existem vários desafios, mas também oportunidades, para a promoção da internacionalização da economia portuguesa.

Desde logo a incerteza económica global, fruto das guerras e tensões geopolíticas, que afetam a logística, os fluxos de energia e das matérias base, que prejudicam o ambiente de negócios e podem impactar as empresas portuguesas que operam no estrangeiro.

Daí que seja tão importante uma boa estratégia de internacionalização, em especial com aposta na diversificação de mercados, para que as empresas não fiquem dependentes de um só mercado, ou seja, de um só ciclo económico.

Já a oscilação dos preços de combustíveis tem demonstrado que a aposta pioneira de Portugal em energias renováveis se revelou a escolha certa. Verificamos, por exemplo, que a quebra global de 4.500 milhões de euros nas importações portuguesas de

bens em 2023 é mais que justificada pela quebra de 6.000 milhões de euros nas importações de combustíveis fósseis e derivados. Assim como a diminuição de 800 milhões de euros nas exportações de bens é mais que justificada pela diminuição de 1.500 milhões de euros na reexportação dos mesmos combustíveis fósseis e derivados transformados.

Um resultado visível da bem-sucedida transição energética em Portugal, com a crescente substituição de energias fósseis – carvão, petróleo e até gás natural (as importações de gás natural retraíram 15,85% de 2022 para 2023) – por energias limpas e endógenas, nomeadamente na produção de eletricidade e gases renováveis. Conseguimos mais segurança por via de uma maior autonomia energética, que resultou nesta saudável diminuição do nosso comércio internacional de bens, contribuindo na transformação da balança comercial de bens e serviços de negativa em positiva, de 2022 para 2023.

Esta é uma tendência que se manteve em janeiro de 2024, com as importações e exportações de combustíveis fósseis a recuarem respetivamente 28% e 4,6% face a janeiro de 2023, e o saldo, agora positivo, da nossa balança comercial a crescer.

Em fevereiro de 2023, o secretário de Estado da Internacionalização afirmou que a preocupação do conselho de administração da AICEP é preparar as empresas, nomeadamente as PME, para um conjunto de exigências que agora fazem parte do mundo da exportação. Dito isto, de que forma a AICEP planeia envolver as pequenas e médias empresas (PMEs) no processo de internacionalização, considerando que muitas delas podem enfrentar recursos limitados e desafios adicionais ao expandir para novos mercados?

A AICEP está a disponibilizar um conjunto alargado de produtos e serviços que cobrem a cadeia de valor do processo de exportação e internacionalização das empresas, permitindo responder às suas questões fundamentais: “Como?”, “Para onde?” e “Com que apoios?”.



© Tiago Araújo

Na AICEP, as empresas têm acesso a produtos adequados à fase de internacionalização em que se encontram, desde listas de potenciais clientes, a sessões informativas sobre os mercados, a informação regulamentar, à participação em missões empresariais, apoio direto da nossa Rede Externa, bem como o acesso a programa de incentivos de apoio à internacionalização.

Além de apoiar a internacionalização das empresas portuguesas, a AICEP trabalha na sua prévia capacitação, pois uma boa preparação é fundamental para o sucesso dessa internacionalização. A AICEP procura fornecer as informações, formações e ferramentas que permitam às empresas portuguesas tornar-se ainda mais competitivas na arena internacional. Não podemos ignorar o contexto mundial que vivemos, em especial um cenário macro marcado pela reestruturação das cadeias de valor globais, em que importa dar resposta às dificuldades e aproveitar as oportunidades. Habilitando o setor exportador a fazer face aos principais desafios e a abraçar as novas tendências internacionais, a AICEP tem duas grandes apostas na sua vertente de capacitação: o

e-commerce e os critérios ESG. O e-commerce é um canal cada vez mais relevante no conjunto do comércio. Ter uma estratégia de comércio eletrónico é ter uma estratégia de globalização, cada vez mais indispensável para as empresas de bens de consumo, sobretudo no B2C, sendo uma aposta da AICEP ajudá-las nesse propósito. Temos várias iniciativas, desde workshops com marketplaces, a ferramentas digitais que recorrem a Inteligência Artificial, a cursos de e-learning. Adicionalmente, a medida “Internacionalização via e-commerce”, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que visa dinamizar as exportações online de produtos e serviços portugueses, é gerida pela AICEP e tem uma dotação de 23 milhões de euros para apoiar 1.500 empresas portuguesas até 2025.

Paralelamente, lançámos o Programa ESG para PME Exportadoras para capacitação nos critérios ESG (Ambientais, Sociais e de Governança Empresarial), que serão exigidos pelos normativos, desde logo da União Europeia, pelas cadeias de produção das grandes empresas e pelos próprios consumidores, cada vez mais sensíveis a estes temas. Trata-se de um



© Tiago Araújo

programa com iniciativas de capacitação genérica e capacitação específica para PME, em que a AICEP será uma entidade agregadora e de apoio às empresas na sua transição para uma maior sustentabilidade.

Quais são atualmente os principais fatores que influenciam a capacidade das empresas portuguesas de se internacionalizarem com sucesso e de que forma a AICEP planeia abordar esses fatores?

A abordagem aos mercados internacionais deve ser muito ponderada, com uma efetiva análise e estudo dos riscos e vantagens por forma a tomar uma decisão consistente e estratégica, em especial para as PME.

Temos empresas com produtos e serviços altamente diferenciadores, assentes em vetores como a inovação, a qualidade ou o serviço, mas aquelas que conseguem vencer no mercado internacional são as que percorrem o caminho da internacionalização de forma organizada, estruturada, ou seja, estratégica. A qualidade e inovação dos produtos e ser-

viços são essenciais para atrair e manter clientes num mercado global altamente competitivo. A adaptação cultural é outro fator determinante para construir relacionamentos comerciais sólidos, bem como a agilidade e flexibilidade às mudanças dos mercados e dos clientes. A notoriedade da empresa, que passa por uma estratégia bem definida de marketing, e a sua eficiência operacional, nomeadamente logística, são outros fatores a ter em conta. Atualmente, a observância dos critérios ESG, de sustentabilidade, podem conferir uma vantagem competitiva adicional.

Estes são apenas alguns pontos a considerar para uma internacionalização de sucesso, pois os desafios com que as empresas se deparam nos mercados internacionais são os mais diversos e exigentes. É por isso que a AICEP, também com a sua Rede Externa presente em mais de 50 mercados, está naturalmente disponível para prestar o indispensável apoio às empresas, designadamente às PME que pretendam iniciar um processo de internacionalização ou diversificar os seus mercados. A título de exemplo, o Plano de Promoção da AICEP para 2024 investe cerca de cinco milhões de euros



© Tiago Araújo

em mais de 150 ações de apoio à internacionalização das empresas portuguesas em mais de 40 países. Este plano promocional externo aumenta a aposta em mercados extracomunitários, para uma maior diversificação das exportações nacionais. Entre os principais mercados em foco para 2024 estão os EUA, China, Japão e Canadá, apenas para dar alguns exemplos. A AICEP tem um papel fundamental no acesso das nossas empresas aos países terceiros, fora da União Europeia. A Agência, por um lado, proporciona a realização efetiva de novos negócios, mas também contribui para o acesso ao mercado e aumento da visibilidade da oferta nacional, através de vários tipos de ações, nomeadamente: missões insti-

tucionais e empresariais, participação em feiras comerciais, campanhas promocionais e publicitárias, mostras de produtos, realização de seminários, programas de reuniões e visitas de importadores a fornecedores portugueses.

A colaboração com outras entidades públicas e privadas poderá ser uma das estratégias a seguir para garantir o sucesso das empresas portuguesas no estrangeiro?

No desenvolvimento da missão de promoção do Comércio Externo faz parte da atividade profissional dos trabalhadores da AICEP participar ativamente em fóruns, conferências,



© Tiago Araújo

feiras e missões, por vezes institucionais, mas em geral com empresas e associações de empresas, em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente como oradores para apresentar a oferta nacional de um determinado setor, ou para ligar exportadores nacionais a importadores estrangeiros, ou para diligenciar dossiers alfandegários, técnicos ou sanitários de acesso aos mercados estrangeiros pelos “Product of Portugal” e os “Made in Portugal”.

Nestas atividades, essenciais para a internacionalização da economia nacional, é fundamental o trabalho desenvolvido, especificamente, pelos trabalhadores da rede externa da AICEP, que implica também a realização de deslocações profissionais a Portugal, integrados em comitivas empresariais, para acompanhamento das visitas de importadores estrangeiros que vêm a feiras nacionais (‘missões inversas’) ou para cumprir programas de contacto com fornecedores nacionais, preparados pela AICEP ou por associações empresariais setoriais. Gostaria de aproveitar para referir que a AICEP está a repensar a sua Rede Externa, de acordo com critérios objetivos e de eficiência, privilegiando os mercados

de maior potencial de crescimento, em duas vertentes. Em primeiro lugar, foco em mercados onde exista uma maior concentração nas principais praças emissoras ou plataformas de IDE produtivo, com maior potencial para Portugal - pretendemos cobrir cerca de 90% do IDE emitido no mundo. Em segundo lugar, mercados extracomunitários com maiores oportunidades de crescimento das exportações nacionais, onde a AICEP seja uma mais-valia no tramitar de dossiers de acesso ao e no mercado.

Para exemplificar, posso referir que encerrámos recentemente as Delegações da AICEP em Havana e em Teerão e vamos abrir, ainda este ano, Delegações em Riade e em Singapura.

A cooperação e colaboração com as Câmaras de Comércio também é uma das grandes apostas para promover a internacionalização das empresas portuguesas?

Acreditamos que quanto mais se trabalhar em conjunto, mais e melhor apoio se dará às empresas nacionais.



© Tiago Araújo

Temos como um dos nossos propósitos, no nosso Plano Estratégico para o triénio 2023-2025, aprofundar o relacionamento entre a AICEP e as Confederações e Associações Empresariais, Câmaras de Comércio Portuguesas no estrangeiro e as Câmaras de Comércio estrangeiras em Portugal, identificando áreas de cooperação e de complementaridade de serviços prestados às empresas portuguesas, no apoio às exportações e à internacionalização.

Neste sentido, já estamos a trabalhar numa reorganização das Fileiras acompanhadas pela AICEP, um trabalho conjunto com as Associações Setoriais com vista a contribuir para uma estratégia de promoção integrada.

Acompanhamos mais de 270 associações setoriais que passa-

rão a estar organizadas em 10 Fileiras, articuladas com o IA-PMEI, de modo a posicionar, com maior valor acrescentado, a oferta nacional em mercados externos: Fileira do Agroalimentar; Fileira da Economia Azul; Fileira da Arquitetura, Engenharia e Construção; Fileira da Metalomecânica; Fileira da Mobilidade; Fileira da Aeronáutica, Espaço e Defesa; Fileira das TDIC; Fileira da Saúde e Ciências da Vida; Fileira do Lifestyle; Fileira das Indústrias Culturais e Criativas.

Já com as Associações Multissetoriais, Nacionais e Regionais, e com as Câmaras de Comércio, procuramos sinergias que resultem numa promoção de Portugal no estrangeiro através de uma presença nacional única, em feiras comerciais e outros eventos.



© Tiago Araújo

Além da expansão dos mercados de exportação, quais são as estratégias específicas que a AICEP adotará para impulsionar a internacionalização das empresas portuguesas?

Os nossos esforços de promoção das exportações terão em especial atenção aqueles mercados extracomunitários onde se verificam os maiores crescimentos económicos, dos rendimentos, das classes médias e do consumo. Onde os delegados da AICEP mais podem fazer a diferença para as nossas empresas, no tramitar do acesso ao mercado.

Se é verdade que a União Europeia ainda representa 64% das exportações portuguesas de bens, também é verdade que há uma crescente diversificação, com destaque para a América do Norte. Os Estados Unidos foram o país com maior ganho de quota desde 2020, sendo já o nosso 4º cliente.

Além de consolidar a quota de mercado e progredir em segmentos da cadeia de valor nos países da União Europeia

– o mercado interno, próximo e natural para as exportações portuguesas – a diversificação para mercados extracomunitários, maduros e sofisticados, pode ter um papel importante na mitigação do risco para muitas empresas. Como será desde logo o caso de outro parceiro comercial já muito relevante, o Reino Unido, e de países com quem a União Europeia já estabeleceu acordos de comércio livre, como Canadá, Japão ou Coreia do Sul. Não esquecendo uma aposta em novas geografias, especialmente na Ásia, do Médio Oriente ao Sudoeste Asiático.

Também merecem destaque os mercados com os quais Portugal tem um relacionamento histórico, que alavanca fluxos de investimento e de bens de consumo, onde se verifica uma maior presença internacional das PME nacionais. Não só os países da CPLP, mas também outros onde a presença da Diáspora é significativa.

É de assinalar que, em 2023, as exportações portuguesas de



© Tiago Araújo

bens e serviços para os mercados extracomunitários, já 36% do total, cresceram 6,7%, muito acima dos 3,7% de crescimento no espaço comunitário, ainda 64% do total. Uma tendência que queremos aprofundar.

Assumi ainda como principal objetivo para este mandato reforçar a promoção de Portugal como um destino atrativo para grandes investimentos produtivos, sejam nacionais ou estrangeiros. O primeiro passo para aumentar as exportações é, sem dúvida, aumentar o investimento produtivo?

Sem dúvida, só podemos exportar o que produzimos. Atrair novos projetos de investimento produtivo significa atrair investimento gerador de bens transacionáveis e aumentar a capacidade de produção, o que contribuirá para novas expor-

tações, num círculo virtuoso que dinamizará o crescimento económico e dos rendimentos no País.

No investimento os esforços começam na criação de condições de acolhimento, que nos permitam concorrer internacionalmente por mais e melhores projetos criadores de riqueza, geradores de bens transacionáveis de elevada intensidade de capital e tecnológica, apreciadores das qualificações e dos salários dos portugueses. Para isso, a AICEP trabalha em três frentes.

Primeiro é preciso conceber legislação que permita a criação e disponibilização de solo de uso industrial viável - para lograr para Portugal novos grandes projetos, os que requerem 50, 100 ou 200 hectares - e promover a simplificação dos licenciamentos urbanísticos, ambientais e empresariais, sempre com a preocupação de elevar a fasquia na



© Tiago Araújo

compatibilização de uma maior proteção dos valores ambientais com a promoção de um desenvolvimento económico cada vez mais sustentável.

Em segundo lugar, garantir a disponibilidade de acessibilidades e utilidades, com destaque para a interligação e provimento de eletricidade verde para a nova indústria e serviços descarbonizados.

E, finalmente, desenvolver o nosso próprio Regime Contratual de Investimento, que nos permita incentivar financeira e fiscalmente estes novos grandes projetos de IDE, mas também os grandes novos projetos e reinvestimentos por empresas nacionais ou já presentes em Portugal.

Sobre este último ponto, gostaria de aproveitar para destacar que a AICEP trabalhou junto do Governo e foi possível alcançar a sua concretização, no passado dia 26 de março, com uma dotação de mil milhões de euros para um primeiro conjunto de grandes projetos de investimento empresariais estratégicos para a economia nacional.

Em junho de 2023 anunciou que estavam “em cima da mesa cerca de 40 projetos externos com um potencial de investimento próximo dos 25 mil milhões de euros”, estando em curso “uma série de investimentos como Portugal já há algum tempo não via”. Decorrido quase um ano, como avalia a captação de investimento direto estrangeiro?

Esses são valores referentes ao pipeline de investimento que, entretanto, foram revistos. Temos atualmente em pipeline 44 projetos de investimento produtivo, sobretudo estrangeiro, no valor total de 32,3 mil milhões de euros. São dados muito positivos que revelam que Portugal continua a estar claramente no radar dos investidores.

Já quanto a resultados atingidos, em 2023, alcançámos um novo recorde de investimentos produtivos angariados pela AICEP, no valor de 3,5 mil milhões de euros. Trata-se de novo investimento estrangeiro e também reinvestimento nacional e estrangeiro, que corresponde à criação de cerca de 8.300

postos de trabalho. Mais uma vez, são dados muito positivos para o País. Outro dado relevante é que angariámos no ano passado mais investimento de cariz industrial do que no ano precedente, o que demonstra que Portugal tem condições únicas para ser uma grande plataforma da reindustrialização da Europa.

Em que setor específico a AICEP está focada em atrair investimentos estrangeiros e de que forma esses projetos contribuirão para a modernização e diversificação da economia portuguesa?

Precisamos primeiro de apostar nos setores habilitadores da transformação da economia portuguesa: a logística de bens, dados e serviços; a produção de energia e de matérias-base (verdes, descarbonizadas e circulares) minerais, metalúrgicas e químicas, com efeito multiplicador no tecido produtivo nacional pelo seu fornecimento em proximidade e - esperamos - em preço.

As nossas fileiras de aposta são depois, primeiro a indústria automóvel, com ênfase na mobilidade elétrica e sintética descarbonizada, extensível ao material circulante ferroviário e à aeronáutica. Em segundo lugar as ciências da vida, com ênfase na farmacêutica. Em terceiro, a agroindústria, sabendo que Portugal é um importador de produtos agrícolas, mas exportador de produtos alimentares. E por fim a metalurgia,

um setor onde Portugal soma condições competitivas.

Desde logo, na atração deste IDE partimos com a vantagem competitiva do Portugal Sustentável. De Portugal ser um país pioneiro na dupla transição energética; mas também digital, agora com mais cabos submarinos de telecomunicações que o ligam aos cinco continentes e projetos de centros de processamento, computação e armazenamento de dados.

Por exemplo, é nessa linha e pensando na primeira das fileiras de angariação de IDE, a da mobilidade, que a AICEP está neste momento a procurar ativamente atrair investimento em semicondutores. Uma indústria crucial para a autonomia estratégica de Portugal e da Europa e o potenciar da indústria nacional.

Sabemos que existem em cima da mesa vários projetos em andamento para promover a sustentabilidade e a descarbonização da economia portuguesa. De que forma a AICEP pretende colaborar com esses projetos e em que medida isso se encaixa na sua estratégia global?

Os investimentos estratégicos e estruturantes de indústria verde, sustentável e descarbonizada refletem as tendências globais em direção a uma economia mais verde e sustentável e Portugal tem vantagens competitivas para os atrair, aliás já está a fazê-lo. A AICEP tem no seu pipeline de investimento projetos da fileira do lítio e matérias base para a indústria





© Tiago Araújo

transformadora e vai continuar a trabalhar para angariar mais projetos de investimento nestas áreas.

Portugal é pioneiro na dupla transição energética e digital e apostamos nas vantagens competitivas do Portugal Sustentável: ter eletricidade renovável, para atrair indústria pesada descarbonizada, de produtos-base, verde e circular. Acreditamos que estes investimentos impulsionam o crescimento económico e a competitividade de Portugal.

Já do lado do comércio e das empresas portuguesas, consideramos que a incorporação dos critérios ESG não deve ser encarada pelas empresas como uma obrigação, mas como uma oportunidade que tem viabilidade financeira, comercial e económica. São os próprios consumidores e as gerações mais jovens que começam a exigir a adoção de práticas de sustentabilidade às empresas. Entre as vantagens contam-se os ganhos de eficiência, incluindo melhorias no desempenho financeiro, e o aumento de notoriedade e valor das marcas percecionadas como sustentáveis.

De facto, o ESG deve ser encarado pelas empresas como uma estratégia de negócio e de criação de valor. Por isso, as PME exportadoras que queiram manter a sua competitividade num contexto cada vez mais consciente em relação ao ESG,

devem começar desde já a trabalhar e a AICEP, tal como já referi, está a implementar um programa de capacitação em ESG de molde a capacitar as empresas e contribuir para o seu sucesso.

Considerando o crescente interesse global no hidrogénio verde, de que forma a AICEP planeia posicionar o país como um centro de excelência nesse campo e atrair investimentos estrangeiros para impulsionar o desenvolvimento e crescimento desta indústria em Portugal?

O Portugal Sustentável tem, como primeira vantagem neste campo, a disponibilidade e preço da eletricidade renovável. Em segundo lugar a fantástica expertise empresarial e académica lograda pela aposta, que afinal foi atempada e não precoce, na transição energética.

A Economia Verde, do lítio aos gases renováveis como o hidrogénio verde, emerge como um catalisador crucial na atração de Investimento Direto Estrangeiro, pela crescente dinâmica global de primado das questões ambientais, em especial a sustentabilidade por via da circularidade e descarbonização. Empresas e investidores estão cada vez mais cons-

cientes do impacto ambiental das suas atividades, pelo que as localizações onde a sustentabilidade seja uma prioridade são crescentemente valorizadas.

A Economia Verde abrange setores que priorizam a eficiência no uso de recursos, a redução das emissões de carbono e a preservação ambiental, como energias renováveis, eficiência energética, circularidade de resíduos, transporte sustentável, entre outros. Com as maiores reservas confirmadas de lítio na Europa e grande potencial de produção de hidrogénio verde, Portugal está bem posicionado para beneficiar do aumento de investimento em tecnologias de energias limpas, e com elas atrair indústria da nova mobilidade e da química descarbonizada e circular.

É importante desenvolver uma indústria inovadora e competitiva, ao mesmo tempo que se privilegia a descarbonização da economia, e a AICEP está comprometida com esse desígnio.

Como sabemos, a transformação tecnológica e digital é um pilar importante para a competitividade das empresas portuguesas. Neste contexto da transformação digital, quais são as medidas/iniciativas específicas que a AICEP pretende desenvolver com o objetivo de promover a adoção de tecnologias digitais pelas empresas portuguesas e impulsionar a sua competitividade nos mercados internacionais?

Além da aposta em capacitar as empresas para o e-commerce, de que já tive oportunidade de falar, a AICEP tem desenvolvido várias ferramentas digitais para apoio às exportações, bem como workshops, cursos e outras iniciativas para capacitar as empresas.

Em paralelo, gostaria de referir que a infraestrutura digital e o nível de digitalização de um País são cruciais para a sua competitividade global, influenciando diretamente a decisão dos agentes económicos sobre onde investir.

Portugal tem tido, nos últimos anos, um crescimento sem precedentes de investimento estrangeiro na área tecnológica, sobretudo das gigantes do setor das tecnologias de informação e comunicação, do setor automóvel, da indústria, da engenharia, das ciências da vida, dos serviços financeiros. O País é hoje local privilegiado para a criação de projetos para testar e desenvolver as soluções do futuro e a sua aplicação a várias indústrias, bem como suportar serviços tecnológicos com foco global. Projetos que têm tido um impacto muito relevante nas qualificações, nas formas de organização do trabalho, nas exportações e na sofisti-

cação e complexidade dos serviços prestados. Os Centros de Competência, Desenvolvimento e Software que atualmente existem em Portugal têm contribuído significativamente para a consolidação do hub tecnológico e digital, pelo qual o País começa a ser reconhecido na esfera internacional.

A AICEP tem acompanhado e angariado novos centros de serviços para Portugal nos últimos anos, cada vez mais complexos e de maior valor acrescentado: atualmente em acompanhamento cerca de 200 empresas que correspondem a 250 centros que empregam cerca de 85.000 pessoas. Outra grande aposta é consolidar Lisboa e Sines enquanto centros nevrálgicos para a amarração de cabos submarinos de telecomunicações, que ligam Portugal a vários pontos do globo, e que tragam o valor acrescentado do processamento de dados. Esta dimensão logística, em que o trânsito de dados é mais rápido, por que mais direto com muito mais disponibilidade de Internet, mas não traz aumento de custos, contribui para a dinamização da transição digital e para a atração de projetos de investimento digital e tecnológico.

Portugal está no mapa do novo paradigma da conectividade e no centro da Digitalização da Economia, tão importante para a competitividade das empresas e atração de novo investimento.

Está há quase um ano à frente da AICEP. Desde o início do seu mandato, em junho de 2023, como avalia o progresso alcançado até ao momento e quais são os principais marcos ou realizações que destaca durante este período?

Aproveitaria para destacar o marco mais recente e muito relevante que foi a concretização do Regime Contratual de Investimento, através da RCM 49/2024, publicada no passado dia 26 de março em Diário da República, e que permite a criação de um sistema de incentivos a «Investimentos em Setores Estratégicos», no âmbito do Regime Contratual de Investimento e ao abrigo do Quadro Temporário de Crise e Transição, algo pelo qual a AICEP tem vindo a trabalhar para permitir a concretização de grandes projetos de investimentos produtivos que a Agência tem vindo a angariar pelo mundo fora. Está previsto um orçamento estimado de 1.000 milhões de euros, alocando verbas, a título de incentivos financeiros, de natureza reembolsável ou não reembolsável, em função da tipologia de projetos e do resultado da análise dos indicadores de avaliação e desempenho dos



© Tiago Araújo

promotores que a AICEP realize e cuja execução financeira decorrerá até 2030, sem prejuízo da possibilidade de recurso a garantias sobre empréstimos ou benefícios fiscais dependendo do quadro legal aplicável.

Esta dotação de mil milhões de euros permitirá acomodar grandes projetos estratégicos de investimento que a AICEP tem em carteira, nomeadamente três da fileira dos veículos elétricos; um de aeronáutica e um de matérias-base para a indústria transformadora.

Qual é a visão de longo prazo da AICEP para o papel de Portugal no comércio global e na economia internacional?

Importa destacar o modelo virtuoso de crescimento que Portugal tem seguido até agora e que devemos prosseguir: continuar a atrair mais investimento produtivo para aumentar as exportações e a substituição de importações.

Pretendemos consolidar o conceito de “Portugal Sustentável” como um país globalmente competitivo e inovador, atraindo investimentos estrangeiros, promovendo a internacionalização das empresas portuguesas e impulsionando

o crescimento económico sustentável.

A AICEP vai continuar a trabalhar para que Portugal permaneça um destino líder para investimentos estrangeiros, destacando a sua estabilidade e segurança, a abertura da sua economia, a qualidade das infraestruturas e qualificação dos portugueses, assim como o seu sucesso na dupla transição energética e digital. Ao mesmo tempo, apoiaremos ativamente as empresas portuguesas na sua expansão para mercados internacionais, designadamente através da sua capacitação e do apoio da Rede Externa da AICEP. A promoção de setores estratégicos da economia também contribuirá para aumentar a competitividade global do País.

A aposta na inovação e desenvolvimento tecnológico, em particular através de novos projetos de investimento em I&D, assim como na sustentabilidade e descarbonização, serão outros fatores determinantes para o sucesso de Portugal. A AICEP pretende contribuir para posicionar Portugal como um player relevante na economia global, impulsionando o crescimento económico para gerar empregos cada vez mais qualificados e aumentar a qualidade de vida dos cidadãos portugueses.



| D I P L O M A C I A

A Revolução das Necessidades

Antes da madrugada que esperávamos, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) estava dedicado a defender os objetivos do Estado Novo. Era um lugar fechado exclusivamente para uma elite masculina, nascida e criada perto dos centros de poder,

uniforme na sua educação e um pouco alheia ao que se passava fora das portas do Palácio das Necessidades. Depois, Abril abriu aquelas portas. E, por elas, entrou um corpo diplomático democrático — que incluiu pela primeira vez mulheres, às quais a di-

tadura havia impedido o acesso. Ali, nos mesmos salões onde outrora viveu a família real; pelas mesmas salas que serviram de escritório a Salazar durante a Segunda Guerra Mundial; nos corredores decorados com retratos a óleo de figuras do nosso passado na-

cional, cruzam-se hoje homens e mulheres, oriundos de várias partes do país, de origens familiares diversas, licenciados, mestres, doutorados — muitos deles, os primeiros das suas famílias a ter o privilégio de frequentar uma universidade.

Os diplomatas portugueses de hoje sabem que a defesa do interesse nacional não é feita apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos e demais instrumentos multilaterais — pelo contrário, os diplomatas portugueses estão conscientes de que uma coisa e as outras coincidem. Por isso, honram e celebram o nome de Aristides de Sousa Mendes, vítima de ter defendido as causas certas na altura errada.

Em suma, os diplomatas portugueses de hoje são diplomatas de Abril.

Com o 25 de Abril de 1974, Portugal abriu-se ao mundo — e a forma como o mundo nos recebeu é prova de sucesso. Do isolamento e litígio no seio das Nações Unidas, Portugal passou para ter como Secretário-Geral daquela organização um dos seus. De potência colonial, Portugal passou para parceiro entre iguais no espaço da lusofonia, tendo sido essencial para que a ele se juntasse uma nova nação, Timor. De país virado de costas

para a Europa, da qual desconfiava, Portugal e os portugueses passaram a ser dos maiores defensores da União Europeia. De pátria que fazia por esquecer as suas Comunidades espalhadas pelo mundo, Portugal passou a defendê-las, celebrá-las e servi-las.

O que nem sempre é dito é que, por trás de todos os feitos listados no parágrafo anterior, e também por trás dos agentes políticos que aparecem na primeira linha para dar a cara por eles, estiveram e estão centenas de diplomatas portugueses que trabalham com sentido de missão e muitas vezes sacrifício pessoal.

Por trás do lado brilhante, existe a penumbra do trabalho diplomático em nome de Portugal que sucessivos governos tendem a esquecer, mesmo que para ele sejam sucessivamente alertados. Esse é o lado dos diplomatas que se separam das suas famílias para servir o país no estrangeiro; dos diplomatas cujos lares contam apenas com um salário porque os cônjuges não conseguem ter uma carreira estável; dos diplomatas que se dobram em funções políticas, consulares, económicas, culturais, administrativas e domésticas para suprir a falta de recursos das representações diplomáticas no exterior.

Apesar de terem sido parte integrante na modernização do país, nem sempre os vários governos reconhecem os diplomatas e o seu valor. A última revisão da tabela salarial data de 1998 — há já 26 anos, que é o mesmo que dizer depois de 12 governos, 7 primeiros-ministros e 11 ministros dos Negócios Estrangeiros. Desde então, e ao contrário do que tem acontecido justamente com outras carreiras especiais da função pública, os diplomatas portugueses continuam no mesmo lugar.

Em 26 anos, muito se alterou no mundo, na diplomacia e na Administração Pública. O mundo em 2024 é muito diferente do de 1998: o fim da guerra fria não trouxe a paz eterna entre as Nações e os conflitos multiplicam-se pelas regiões do mundo, quanto ao objeto e aos atores envolvidos; a afirmação internacional de Portugal e o seu papel na União Europeia, na NATO, na CPLP e junto das Comunidades Portuguesas no exterior são afetados por estas mudanças e exigem uma cada vez maior presença e intervenção na cena internacional; as exigências e solicitações dirigidas aos postos diplomáticos no exterior não cessam de aumentar. Num mundo em convulsão, não basta participar em reuniões online — é necessário estar nos sítios, com condições e propósito.



A falta de atenção à carreira diplomática levou a uma degradação extrema das condições de trabalho dos diplomatas em geral, e das condições salariais em específico, tornando esta revisão inadiável. Neste momento, a carreira diplomática portuguesa já tem dificuldade em atrair os melhores talentos, que não se sujeitam hoje a um trabalho em exclusividade rigorosa quando os seus salários de entrada não chegam para suportar os

encargos com a habitação. No topo da carreira, um embaixador finaliza 40 anos de serviço ao país, a maioria dos quais passados no estrangeiro, sem o reconhecimento dessa dedicação de uma vida. Na véspera de assinalarmos os 50 anos do 25 de Abril, corrigir este erro sem paralelo não pode deixar de ser uma prioridade numa democracia consolidada e aberta ao mundo. A um diplomata português importa conhecer o mundo, mas exige-se

acima de tudo que conheça o País que representa. Cumprir esse dever é tão possível quanto o próprio Corpo Diplomático for um grupo heterogéneo de pessoas, nas suas origens e percursos, que espelhe também ele o Portugal de hoje. Para garantir esse desígnio, reconhecer o valor dos diplomatas é um gesto igualmente simbólico e prático — como foi abrir as portas que julgávamos fechadas para sempre.



Joana Gaspar

Presidente da Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses



R E A L C E S

E X P O S I Ç Ã O T Á T I L
T E R R I T Ó R I O S C U L T U R A I S

**Envolver as pessoas
cegas ou com baixa
visão no universo
das artes**

realces.pt

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

A importância do ensino de qualidade das línguas oficiais, em Macau



O ensino de qualidade das duas línguas oficiais em Macau, o Português e o Chinês, desempenha uma função essencial no desenvolvimento social, cultural e económico nesta região. Macau é um território multilíngue, e a capacidade de se comunicar fluentemente nas línguas oficiais é essencial para a integração e o sucesso dos indivíduos na sociedade, facilitando a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde todos os seus membros têm a oportunidade de se expressar e participar plenamente na vida pública, oferecendo também uma série de benefícios significativos.

A diversidade cultural é um recurso valioso de uma sociedade e as línguas são um dos elementos centrais nela. Ao preservar e valorizar as suas línguas oficiais, Macau não apenas preserva e enriquece seu património, como promove a compreensão e o respeito pela diversidade cultural presente, e a comunicação entre diferentes grupos étnicos, fortalecendo os laços entre as comunidades locais e internacionais, e promovendo um ambiente em que todas as expressões culturais são igualmente valorizadas, evitando a marginalização ou exclusão de grupos linguísticos minoritários.

Além disso, o ensino das línguas oficiais tem repercussões diretas no setor económico de Macau, porquanto a região dispõe de uma próspera indústria turística e de uma posição de líder como centro de negócios e de diversão. A proficiência nas línguas oficiais aumenta as oportunidades de emprego e a competitividade dos indivíduos no mercado de trabalho local e internacional, e contribui para uma maior atracção de investimento estrangeiro e a promoção do intercâmbio cultural e comercial com outras regiões e países.

Por outro lado, um ensino das línguas oficiais de alta qualidade desempenha um papel fundamental na preservação e promoção da cultura de Macau. A língua portuguesa e a língua chinesa são veículos de expressão cultural e artística, e o domínio dessas línguas permite o acesso a uma ampla gama de literatura, história e tradições culturais locais.

Neste contexto, a manutenção de um número apropriado de intérpretes tradutores na Função Pública que dominem simultaneamente as duas línguas oficiais (Chinesa e Portuguesa) é de vital importância para manter viva a língua e cultura portuguesa, e auxiliar o território a desempenhar adequadamente o papel de plataforma para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Apesar da Faculdade de Línguas e Tradução (FLT), da Universidade Politécnica de Macau, ter sido criada pela Portaria 48/92/M de 2 de Março, cujas origens remontam à antiga Escola do Expediente Sínico, instituída por Decreto Régio em 1905, na qual foi integrada a Escola Técnica da Direcção dos Serviços Chineses, pelo Decreto-lei 16/92/M de 2 de Março, então responsável pela formação de intérpretes-tradutores, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau reconhece a escassez de tradutores e intérpretes tradutores, tendo informado que tinha adoptado como medida, para remediar esta situação, a implementação, em 2023, do “Programa de Iniciação de Aprendizagem da Língua Portuguesa”, com uma duração de 4 anos, destinado a alunos cuja língua materna não seja o Português, proporcionando-lhes a oportunidade de prosseguir os seus estudos em Portugal.

Para colmatar este problema, que se verifica em muitas instituições governamentais de Macau, e para que se desenvolvam soluções que possibilitem a redução do tempo de espera nas traduções de documentos oficiais, é necessário que haja um plano adequado do ensino das duas línguas oficiais aos estudantes desde o ensino primário até ao terciário.





É de salientar que, nos termos do artigo 9º da Lei Básica, para além do Chinês, o Português é também uma língua oficial na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), pelo que é fundamental que tanto as escolas particulares, quanto as escolas do ensino público, assumam a responsabilidade de oferecer um ensino de qualidade nas duas línguas oficiais, a fim de possibilitar aos estudantes uma melhor integração futura no mercado de trabalho, tanto nas duas regiões administrativas especiais quanto no interior do continente.

Portugal tem contribuído para este desiderato, através da Escola Portuguesa de Macau, uma instituição que resulta da colaboração entre o Estado Português, a Fundação Oriente e a Associação Promotora da Instrução dos Macaenses, e da fusão, em 1998, de três instituições de ensino em língua portuguesa: a Escola Primária Oficial, a Escola Comercial e o Liceu de Macau. Esta instituição de ensino, com uma oferta educativa e formativa compreendendo os três ciclos do ensino básico geral e o ensino secundário, vem formando estudantes, desde o seu estabelecimento, com conhecimentos adequados das duas línguas oficiais.

No entanto, infelizmente, devido à necessidade de adaptação curricular, após o curso secundário muitos deles acabam por não adquirir conhecimentos adequados da língua Chinesa que lhes permitam integrar o mercado de trabalho de Macau ou do interior da China.

Desde o estabelecimento da RAEM que a Direcção dos Serviços de Educação e Desenvolvimento da Juventude de Macau (DSEDJ) tem garantido o apoio e subsídios pontuais à Escola Portuguesa de Macau (EPM). Esse apoio abrange obras de reparação e manutenção da instituição, bem como a contratação de professores para o ensino da língua oficial Chinesa (Putonghua), com o objetivo de fortalecer o conhecimento da realidade local e regional, incluindo o desenvolvimento socioeconómico da Região da Grande Baía. É, pois, crucial que seja feito um investimento significativo no ensino da língua Chinesa (Putonghua) na EPM, proporcionando aos alunos um conhecimento linguístico mais profundo, tendo em consideração que atualmente a língua chinesa é considerada uma vantagem no mercado de trabalho, especialmente em regiões do interior do continente e na interligação com os Países de língua portuguesa.



Neste sentido, é necessário fazer avaliações diagnósticas do domínio da língua Chinesa aos alunos da Escola Portuguesa de Macau (EPM) e quais os incentivos que estão a ser implementados para aumentar o interesse e o envolvimento dos alunos no seu processo de aprendizagem., tendo em consideração as componentes relativas ao ambiente educacional, às práticas pedagógicas, incluindo as avaliações, à qualidade do ensino e as formas de aprendizagem, à formação e condições de trabalho dos profissionais de ensino da língua Chinesa, bem como o acompanhamento contínuo dos resultados de aprendizagem dos estudantes, factores importantes na formação de novos talentos.

Para garantir um ensino eficaz e de qualidade das línguas oficiais, é necessário um investimento adequado em recursos educacionais, formação de professores qualificados e implementação de metodologias de ensino atualizadas. É

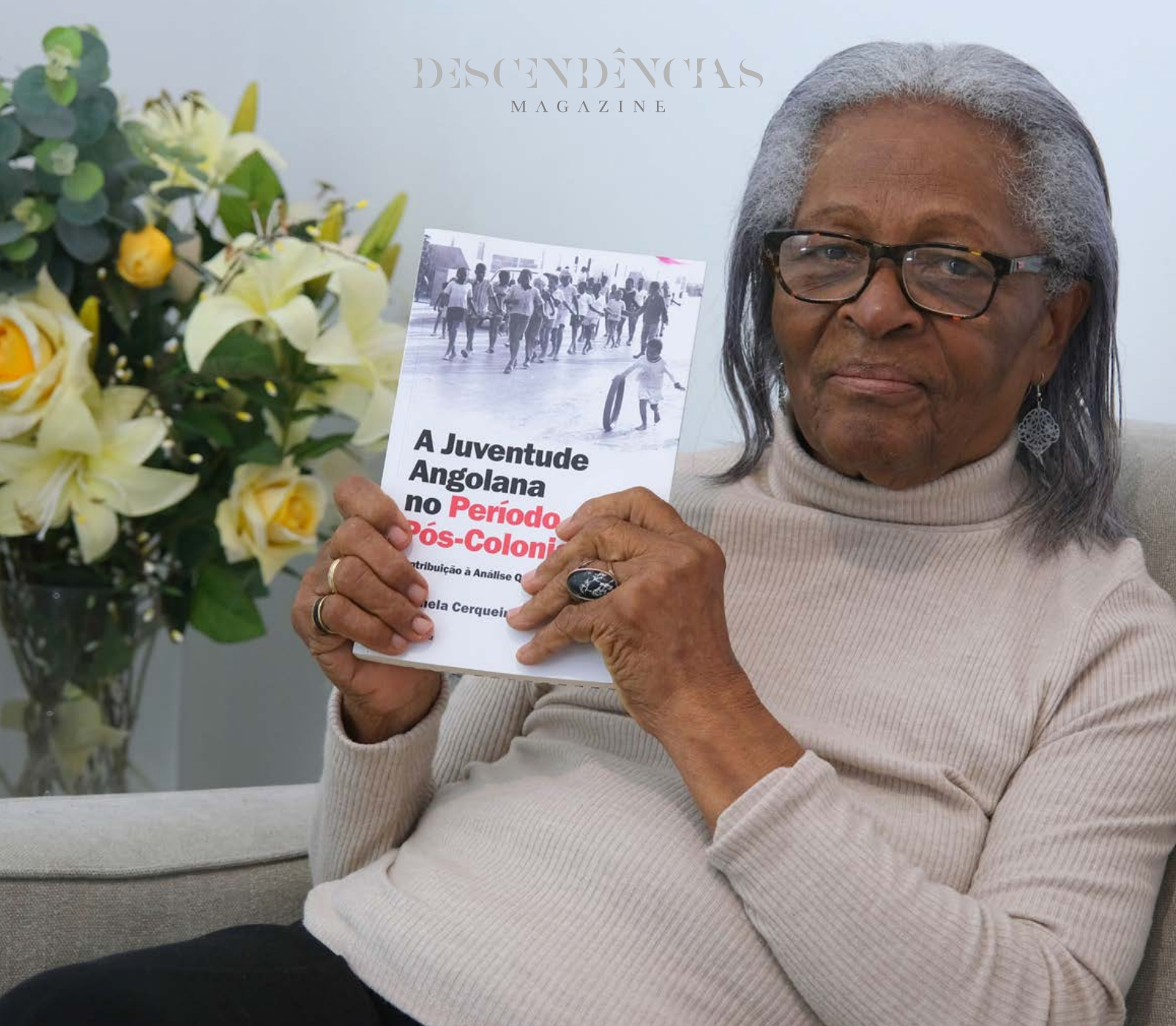
fundamental que o governo e as instituições educacionais colaborem para estabelecer um currículo abrangente e alinhado com as necessidades dos estudantes, incentivando a aprendizagem ativa e o uso prático das línguas oficiais.

Assim, e no que concerne à Escola Portuguesa de Macau, e na qualidade de Conselheira das Comunidades Portuguesas do Círculo da China, manifesto também a expectativa, partilhada com os outros colegas Conselheiros, de que Portugal, e o Governo Português, invista mais no aperfeiçoamento da infraestrutura da Escola Portuguesa de Macau, uma vez que o espaço atualmente disponível é muito limitado para acomodar um maior número de estudantes, bem como proporcionar melhores condições de trabalho para todo o pessoal docente e da secretaria, resultante do crescente aumento do número de estudantes cuja língua materna é o Chinês, mas que manifestam o desejo de aprender a língua Portuguesa.



Rita Santos

Presidente do Conselho Regional da Ásia e Oceânia do CCP



© História Social de Angola

HISTÓRIA SOCIAL DE ANGOLA

Esmeralda Santos

As duas partes deste depoimento são editadas em simultâneo visto não existirem factos diferentes que justifiquem a diferenciação entre as partes, outros sim, a complementaridade das memórias narradas. A recolha foi realizada em uma fase particularmente frágil de Esmeralda Santos, depoente sugerida por outra veterana do setor social nacional, a nacionalista Maria Rufina Ramos da Cruz.

A mulher angolana desempenhou um papel significativo em todas as fases do Pós independência, algumas destas laboraram afincadamente até já não poderem mais e pela sua humildade engrossaram as fileiras de uma das maiores organizações partidárias de mulheres em Angola, a OMA. Esmeralda Santos foi uma delas, embora a limitação da sua memória não permita neste momento aprofundar e esplanhar a sua contribuição efetiva junto às comunidades femininas, crianças e idosos.

Neste contexto a HSA reconhece neste depoimento como sendo também o de muitas outras angolanas, senhoras simples, despidas de vaidade, diz-nos não ter gostado de estudar, ter optado por ser costureira, arquivista e funcionária da OMA e da Pan Africana das Mulheres, tendo sido uma das obreiras do Largo das Heroínas, em Luanda, a maior representação material sobre a participação da mulher angolana na luta pela independência.

Contexto

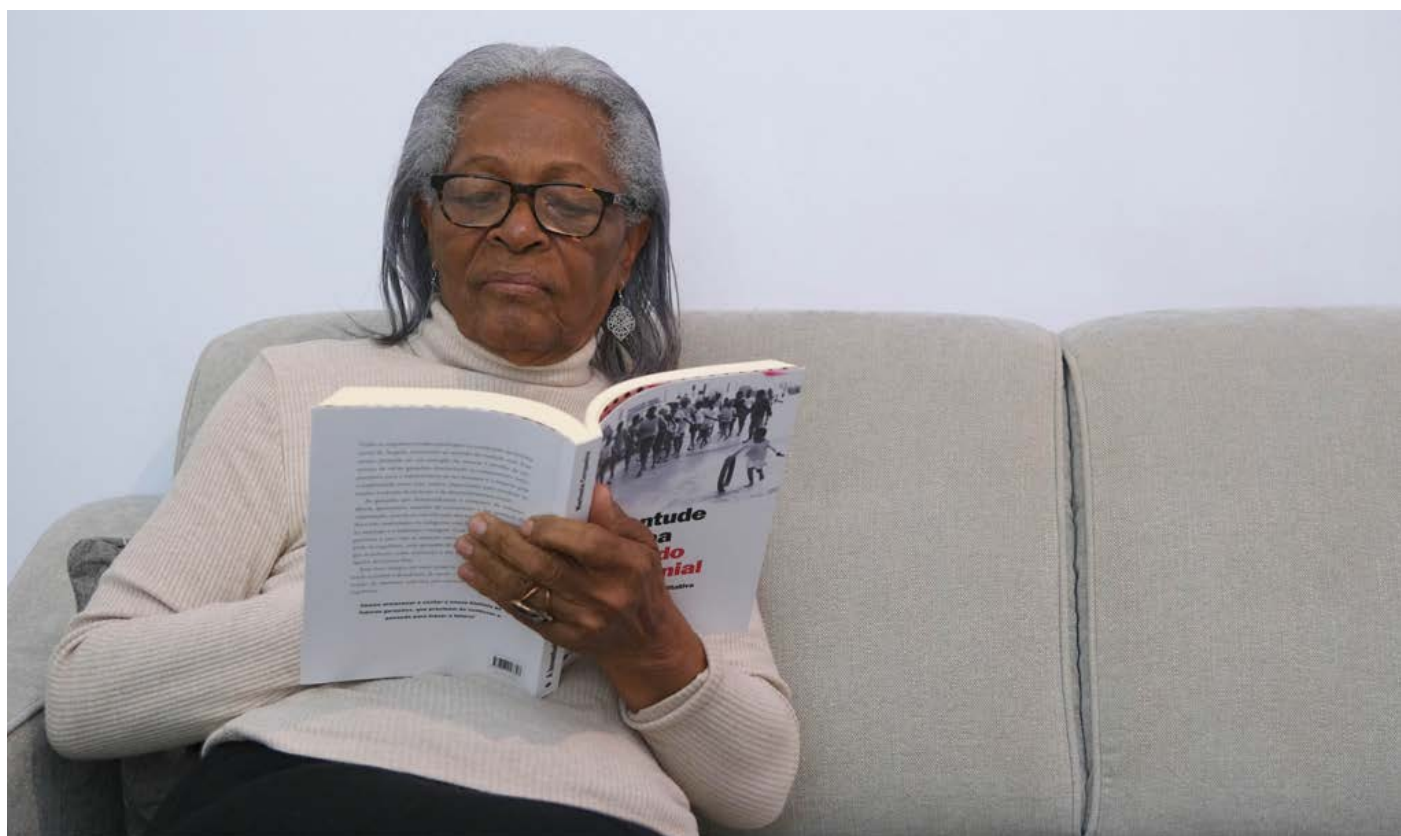
Chamo-me Esmeralda José Carlos dos Santos, nasci em Luanda a 10 de Outubro de 1935. A minha juventude foi boa, cresci bem, ao lado dos meus pais, deram-me todo o carinho

possível e depois fui para a escola, fiz a quarta classe e a partir daí a minha mãe disse “ agora como não queres estudar mais tens que ir para a escola de costura ” e eu aceitei e aprendi, eu gostei porque sempre gostei de coser.

Factos marcantes do tempo da juventude

Eu não gostava de estudar, ia a escola e muitas vezes até escondia-me em casa da minha tia Maria Geovetty e a partir daí minha mãe disse “se não queres ires para a escola, não vais, já és uma senhorita, já tens dezoito anos e precisas de dar, porque eu não durarei para sempre”. Depois, estudei na escola sete, depois fui para escola 8, mas chumbei na admissão porque eu não queria mesmo estudar. Em contrapartida, gostava muito de ler os romances e as foto-novelas e fui para a costura. As minhas amigas Belita Palma e a Lourdes Van Dunem, eu não fui para o grupo delas mas não avancei mais porque o meu pai não permitiu.

- Eu gosto de cantar, eu gosto de dançar
- Está bem mas deixa isso lá para a rua, faz o que a tua mãe diz, mas eu como sempre gostei de cantar fugia para cantar com elas, com a Alba Clington e com a Dolores. Na minha família, eu pertenci ao grupo Assis, estive lá muito tempo.





© História Social de Angola

Depois, desta minha vida que eu queria e não me deixaram, comecei a namorar aos catorze anos com o meu marido e a partir daí veio a segunda fase, foi bem pior. O meu pai nunca quis o meu marido, mas agora casares com ele, não vais casar! Eu fui sempre muito exigente, religiosa e disse, vou mesmo casar com ele “se queres te casar com ele, casa, se ele te maltratar as portas estão abertas”, eu disse obrigada e comecei a preparar as minhas coisas. Namorei oito anos com o meu marido, depois ele foi transferido para Moçâmedes e a partir dali eram cartas e mais cartas e o meu pai trabalhava nos correios de maneira que ele tomava conta das cartas todas e não me entregava, até que um dia o meu tio Nicolau Giovetty disse-me, eu estou a ver aqui na gaveta do teu pai cartas; cartas de quem, como é que ele não me entregou essas cartas? Ele viu o remetente e ele disse, “vamos o mudar o nome” e eu disse “já que vou mudar de nome, vou mudar e por o nome do meu irmão, Antonete e “vamos mudar de Antonet para Tona”, daí o nome da Anot Maria e ficou com este nome

para ele não descobrir e foi assim que continuamos, para eu escrever-lhe porque já podia receber as cartas que ele escrevia. Fomos para o Cunene a 17 Setembro, havia guerra em 1961 e o meu marido foi transferido. Depois disso, eu como sabia coser arranjei uma máquina e comecei a coser para mandar roupas para as minhas irmãs, para ajudar a minha mãe.

A partir daí estivemos seis anos e depois fomos transferidos para o Lobito e estivemos lá dois a três anos onde nasceu o Heddy, eu já tinha a Anot Maria, o Edgar já tinha morrido e o Altino nasceu cá. Portanto, eu enterrei dois filhos no Cunene, a Vininha e o Edgar. Depois, fomos para o Lobito, onde nasceu o Heddy e a seguir fomos para Luanda eu já estava cansada de rodear, já não aguentava mais então fomos para Luanda.

Integrei-me, já me tinha integrado em 1961 no Cunene, eu via aquelas senhoras, conversava com elas para saber o que elas faziam, o que elas queriam, mas nunca me identifiquei, não podíamos fazer isso.



História Social de Angola

Sofro nesta solidão

sofro nesta solidão

comigo ninguém

ela e eu juntos, sozinhos

somos muitos

no momento presente

ouço vozes nos entulhos do silêncio

que se acumula

sofro nesta solidão

comigo ninguém

ela e eu juntos, sozinhos

somos um só

ninguém presente no tempo

no instante que antes parecia morto

vamos pela estrada da esperança

Francisco Conduto de Pina

PUBLIRREPORTAGEM

Portugal chama Por si. Por todos.

A prevenção começa em si



Como sabe, em Portugal os riscos dendrocaustológicos (incêndios florestais) têm uma particular incidência.

Infelizmente nos últimos anos assistimos a casos em que os incêndios provocaram danos irreversíveis e com enorme gravidade. Nesse sentido, a sua atuação é fundamental. Cada um de nós pode contribuir para a prevenção desta problemática recorrendo a uma gestão eficiente do espa-

ço envolvente às edificações, através da designada “gestão de combustíveis”. Nunca ouviu esta expressão? A gestão de combustíveis consiste na limpeza de algumas áreas de forma a evitar a propagação do fogo no sentido vertical e horizontal, através da diminuição do material vegetal e lenhoso. À parte de propiciar essa segurança para si e para o próximo, também contribui para a proteção da floresta.



No caso de um incêndio de grandes dimensões, diminui a necessidade de concentração de meios de combate nas zonas habitacionais, libertando mais elementos disponíveis para o combate na defesa da floresta e para além disso a gestão de combustível ao longo das estradas cria melhores condições para evitar a progressão do fogo.

Quem tem uma casa no campo ou na floresta está mais vulnerável aos incêndios pela proximidade de vegetação.

Gerir o combustível à volta das edificações é a melhor forma de prevenir que um incêndio o atinja a si e aos seus bens.

Onde fazer a gestão de combustíveis?

É obrigatório proceder à gestão de combustíveis numa faixa mínima de 10 metros (territórios agrícolas) ou de 50 metros (territórios florestais) à volta das edificações. Esta faixa é medida a partir da alvenaria exterior da edificação.

No caso dos aglomerados populacionais (10 ou mais casas)

esta faixa de proteção estende-se até aos 100 metros.

Estas faixas são objeto de definição espacial nos Programas Sub-Regionais, podendo, em casos devidamente justificados, e em função da perigosidade e do risco de incêndio rural, ser adotadas faixas de largura até 50% superior ou inferior à estabelecida.

Caso não proceda à limpeza devida do seu espaço, podem ser-lhe aplicadas coimas que podem chegar até aos 5000 euros para pessoas singulares e até 25000 para pessoas coletivas.

Por isso não deixe de se informar junta da sua Câmara Municipal ou Junta de Freguesia. Além disso, pode consultar a página: portugalchama.pt ou ainda, contactar o 808 200 520 / 211 389 320.

Faça a sua parte!

A prevenção começa em si.

DESCENDÊNCIAS
MAGAZINE

ARTES E ARTISTAS LUSOS

César Martiniano

[Website oficial](#)

[Facebook](#)

[Instagram](#)



César Martiniano nasceu nos Açores em 1995. Fazendo arte apenas como hobby, em 2013 surge a oportunidade de participar como Jovem Criador no Festival Walk&Talk 2013, em Ponta Delgada. Através desta experiência decide dar um rumo mais criativo à sua vida e em 2016 acaba por licenciar-se em Design Gráfico na ESAD. Neste período foi também curador da exposição coletiva “Cena das Latas”. Participou em vários eventos relacionados com arte, como o Festival Azure, Walk&Talk, Azores Fringe Festival, Mais Jazz, Younger Angra, entre outros. Em 2018, foi eleito vencedor do 6º LAB Jovem, na categoria Artes Digitais com a fonte Gama. Em 2020 defende o mestrado “Arquipélago DADA: Uma fonte humanista sem serifa para composições visuais expressivas”. Hoje em dia está a fazer a transição de trabalhar como designer gráfico e diretor criativo nos Açores, para se tornar um artista abstrato mundial, pintando livremente a sua visão do mundo.

Como nasceu a paixão pela pintura?

A minha paixão pela pintura e criatividade começou na infância, apesar de na altura não saber o que era paixão, sentia um enorme fascínio e curiosidade por desenhar e construir coisas. Dou sempre o exemplo que me lembro melhor, eu desenhava em folhas A4 os meus próprios cenários para os meus brinquedos, fosse a selva ou até pastos verdejantes. Provavelmente os meus pais perceberam essa minha atração pela arte e ao longo do meu crescimento foram-me colocando em vários ateliers de expressão plástica. É com o passar dos anos e destas experiências que a curiosidade natural que já existia em mim evoluiu para uma ligação séria com a arte.

Quando decidiste focar a tua vida na arte e porquê?

Para responder vou incluir o Design dentro da arte. Ao longo do meu crescimento de adolescente olhei sempre para a arte como um hobby para o qual tinha aptidão e curiosidade. Não conhecia ninguém que tivesse seguido esse

caminho artístico, então queria seguir um caminho mais tradicional, virado para as Ciências do secundário. No final do 12º ano ganhei o projeto Jovens Criadores do Festival de Arte Pública do Walk&Talk (2013), o que me possibilitou ir à ilha de São Miguel pintar um mural, nessa semana fiz 18 anos. Esse foi o momento chave para seguir a arte, neste caso o Design. Desde aí tenho seguido um caminho dedicado à criatividade acabando por fazer Mestrado também em Design. Contudo a pintura continuava sempre muito reservada, é no início de 2023 que decidi explorar mais profundamente a pintura, porque sempre senti que há uma liberdade imensa naquilo que posso criar e imaginar. Já se passou quase um ano e tem sido uma viagem extraordinária.

Como é o teu processo de trabalho?

Tenho vários processos, vou explicar aquele que estou a aplicar na minha nova série de pinturas, Atlantic Whisperer. Esta série de pinturas abstratas em acrílico começou com o conceito de querer representar os Açores através da Cor (azul, verde, vermelho) e de algumas

formas/movimentos não muito concretos. Começo por pesquisar referências visuais, o estado da arte atual, processos de outros criativos, até chegar a uma ideia para representar em tela. Na tela começo por aplicar textura, através de gesso e massa modular e dou uma camada uniforme de branco. Se a ideia for uma pintura azul (ou outra cor), começo por fazer marcas azuis diluídas em água, para “quebrar o gelo” entre mim e a

tela branca. A partir das marcas que são criadas, começo de forma intuitiva a compor a tela com mais tons de azul, brancos e lápis de cor (normalmente cores contrastantes). Nesta fase é onde fico mais tempo, para experimentar e encontrar o balanço certo da pintura entre cores, formas e movimentos. Após terminar, deixo secar dois dias e passo verniz por cima para dar um acabamento uniforme e preservar a pintura.



É possível viver só da pintura?

Viver exclusivamente da pintura é inicialmente um desafio, mas não é impossível. Para tal é imprescindível construir um Nome forte no mundo das artes contemporâneas. Esse é o objetivo que quero alcançar dentro dos próximos 2 a 4 anos. Atualmente, mais de 80% do meu rendimento é gerado pelo Design e Marketing que fui desenvolvendo durante mais de 10 anos. Para viver da pintura sozinho, um artista tem de desenvolver muitas outras competências, como por exemplo, ter a capacidade de sair do estúdio e estar em público, comunicação, vendas, gestão, networking e a cima de tudo usar as ferramentas atuais, a maioria gratuitas, para divulgar o seu trabalho.

O que te seduz na arte de rua?

Sinto que a arte de rua ou pintura mural têm um apelo especial devido à sua acessibilidade e impacto imediato. Enquanto artistas temos a capacidade de transformar espaços comuns em galerias ao ar livre, além de ajudarmos um público alheio às artes a sair da sua rotina, nem que seja por breves instantes, a refletir sobre aquilo que veem à sua frente, possibilitando novos diálogos.

Uma das tuas últimas aventuras foi em Nova Iorque. Qual a importância de presença internacional para a tua carreira?

A minha recente exposição em Nova Iorque foi crucial e extremamente enriquecedora para a minha carreira artística. Esta experiência não só conectou-me com um público novo e interessado em arte abstrata, mas também foi fundamental para expandir o meu alcance e reconhecimento internacional. Esta presença internacional é vital, pois traz um reconhecimento que reverbera tanto a nível local quanto nacional, o qual em pouco tempo já senti fazer efeito.





Expor em Nova Iorque mostrou-me novas perspectivas e oportunidades para minha carreira. Além disso, estar neste cenário internacional deu-me a oportunidade de entender como a arte é trabalhada e percebida em outras partes do mundo, destacando a dinâmica rápida do cenário artístico global. Essa percepção foi um verdadeiro impulso para continuar explorar novos públicos e colecionadores para minha arte.

Esta aventura, sobretudo, inspirou-me para continuar a desenvolver-me enquanto artista e pintor, porque senti que com trabalho e dedicação consigo chegar mais além, não me restringindo à minha “zona”. Além disso, confirmou-me a importância de me manter ativo no cenário artístico internacional, continuando a alimentar minha paixão e determinação em levar minha arte para o mundo.

Quais foram as principais influências que marcam o teu percurso de artista plástico?

Sendo eu um artista autodidata no que toca à pintura, a minha primeira grande influência foi sem dúvida a minha Licenciatura e Mestrado em Design. Os conhecimentos que utilizo no meu dia-a-dia consigo transferi-los para a pintura, através da utilização de conceitos como, a cor, balancear o espaço e utilizar espaços brancos, composição, apresentar

uma ideia ou conceito, ter a capacidade de procurar e gerar novas ideias.

A minha outra grande influência é estudo do trabalho e percurso dos artistas clássicos e contemporâneos, nomeadamente, J. M. W. Turner, Joan Mitchell, Kandinsky, Claude Monet, Ellsworth Kelly, Pantónio, Jadé Fadojutimi e Ian Rayer-Smith, entre muitos outros...

Se tivesses que referenciar uma obra tua, qual escolherias? Porquê?

De momento, escolheria as obras que estou a criar dentro da série Atlantic Whisperer, porque acredito que ela resume perfeitamente o meu desenvolvimento atual enquanto artista abstrato e a minha filosofia artística. São pinturas que à partida o conceito “Açores” já está definido, mas permitem continuar a desafiar o espectador a interpretar e encontrar o seu próprio significado.

És um dos artistas colaboradores da MiratecArts. Como é que esta entidade tem contribuído para a evolução da tua vida no setor artístico?

A MiratecArts tem sido uma plataforma incrível para o desenvolvimento e exposição do meu trabalho, além disso permite-me conhecer e conectar



com diferentes artistas açorianos noutras partes do mundo. É uma entidade incansável, embaixadora da criação artística, ajudando dentro das possibilidades da associação o desenvolvimento de projetos pouco convencionais, mas importantes para expandir a nossa visão artística.

Projetos para 2024?

O meu principal objetivo em 2024 será explorar a pintura a óleo e desenvolver a minha aptidão técnica com este material. Além disso, quero continuar a apostar numa estratégia internacional, em abril já vou estar representado numa feira em Berlim, além de duas exposições coletivas

em Itália e Espanha no decorrer do ano. Já tenho também exposições individuais, nos Açores e em Portugal Continental.

E por fim, continuar a criar novas séries de pintura, tanto para ter um maior volume de trabalhos disponíveis, como para evoluir na minha identidade artística enquanto pintor.

Uma mensagem para todos os artistas do mundo.

Seja por hobby ou profissão, continuem sempre com paixão e curiosidade, só assim temos a vontade de procurar novas formas de expressão. Para mim a arte é um idioma universal que tem o poder de conectar e transformar.



Terry Costa

Presidente do Conselho Cultural da AILD



Daniel Guedelha

| CONSELHO DA DIÁSPORA PORTUGUESA

Pode a nossa Diáspora melhorar o cluster farmacêutico em Portugal?

*Daniel Guedelha, Strategic Advisor to Global Pharmaceutical Industry
e Fundador do podcast Cruzamento. Membro do Conselho da Diáspora Portuguesa*

A Diáspora Portuguesa continua a crescer e muitos quadros altamente qualificados têm optado pela área da saúde, nomeadamente a indústria farmacêutica. Essa foi também a decisão do Daniel. Pode descrever-nos como surgiu essa ideia e como foi a sua passagem de Portugal para a Diáspora?

Desde os meus 15 anos que me lembro de pensar na minha missão de vida: “gerar felicidade”. Cedo percebi que um dos fatores mais relevantes para sermos felizes é a nossa saúde. Isto levou-me a uma enorme curiosidade em procurar perceber a área da saúde especialmente o seu impacto nas pessoas e nos doentes. Durante o meu quarto ano de Engenharia Biológica (Instituto Superior Técnico), comecei proativamente a procurar oportunidades nesta área e acabei por descobrir a Indústria Farmacêutica. Também ambicionava uma experiência internacional numa empresa com excelente reputação. Após alguma investigação encontrei na sede da Novartis (Suíça), o ambiente ideal para o futuro profissional que eu pretendia. Este passo marcou o início da minha viagem e estou na Novartis, um gigante farmacêutico mundial, há mais de 15 anos.

Pode fazer-nos um resumo desse seu longo percurso na indústria farmacêutica?

Durante este percurso tive a oportunidade de desempenhar funções de crescente responsabilidade ao longo da cadeia de valor do medicamento, desde a Investigação e Desen-

volvimento, Produção, “Global Supply Chain”, até funções mais comerciais como “Global Key Account Management”, “Merger & Acquisitions”, “Business Development” e “Corporate Strategy”. Mais recentemente, assumi o cargo de “Chief of Staff” para o presidente da divisão “Global Health & Sustainability”.

Com este percurso, tive a oportunidade de conhecer a indústria farmacêutica a fundo, o que me permite ter uma visão integrada e estratégica da indústria.

O Daniel trabalha na cidade Suíça de Basileia, que é um dos maiores hubs mundiais da indústria farmacêutica. O que torna Basileia tão especial?

A criação deste sector económico forte e competitivo passou por um longo processo. A indústria farmacêutica na Suíça, e em particular na cidade de Basileia, teve origem há mais de 200 anos na indústria têxtil. Depois de uma evolução que passou pelos químicos (fertilizantes e pesticidas), chegou mais recentemente à biotecnologia.

Nas últimas décadas a cidade de Basileia emergiu como um dos hubs globais em ciências da vida. Existem mais de 800 empresas, 1000 grupos de investigação e 14 institutos de investigação e desenvolvimento, que no total empregam mais de 30.000 pessoas nas áreas da biotecnologia e no sector da saúde ⁽¹⁾.

A cidade tem também várias instituições académicas que têm contribuído com investigação e formado um conjunto de cientistas muito talentosos, com um grande foco em





ciências da vida, nomeadamente a “Basel University”, o “Institute of Molecular and Clinical Ophthalmology Basel” e o “Friedrich Miescher Institute for Biomedical Research” (FMI). A presença destas instituições de alto nível promove uma colaboração estreita entre academia e indústria, contribuindo para a inovação e o avanço científico.

Grupos privados, públicos e académicos contribuem para um ecossistema vibrante e que tem gerado várias “spin-offs” que acabaram por ficar na região. Para que tal fosse possível, a contribuição de “venture capitalists” tem sido fundamental, dos quais cito alguns exemplos: “Versant Ventures”, “BioMed Partners”, “Roche Venture Fund” e “Novartis Venture Fund”. Iniciativas como o “BaseLaunch” que procuram estabelecer parcerias entre cientistas e empreendedores também têm um papel importante neste ecossistema, sendo que já angariaram mais de 500 milhões de euros para empresas no seu portfólio ⁽²⁾.

A presença das sedes de algumas das maiores farmacêuticas do mundo, como é o caso da Roche e da Novartis (entre outras), tem igualmente um grande peso. Por exemplo, a sede da Novartis tem cerca de 8000 trabalhadores, muitos

deles altamente qualificados e a trabalhar nas áreas de investigação e desenvolvimento, marketing, estratégia global entre outras.

Estes fatores criam um ecossistema propício para o crescimento e a excelência na indústria farmacêutica, tornando Basileia um dos principais centros globais neste setor.

Falando em talento: Muitas vezes olhamos para a emigração qualificada, nomeadamente na área da indústria farmacêutica, como um “desperdício” do investimento que fizemos na sua educação. Qual é a visão do Daniel?

Não olho para a emigração qualificada como um desperdício, mas sim como uma oportunidade que precisa de ser materializada e alavancada.

Segundo uma estimativa do Observatório da Emigração, mais de 850 mil jovens que têm hoje entre 15 e 39 anos deixaram o país e residem atualmente no estrangeiro ⁽³⁾. Portugal tem imensos talentos espalhados pelo mundo fora e é uma realidade que conheço muito bem. Há mais de 15 anos que trabalho na cidade de Basileia, um dos maiores “clus-



ters” globais da indústria farmacêutica, e só duas empresas (Novartis e Roche) têm mais de 200 portugueses altamente qualificados, talentosos e diferenciados. É um verdadeiro pote de talento que temos de aproveitar!

Sem dúvida um verdadeiro “pote de talento”. Mas acredita que só conseguimos “recuperar esse investimento” se esse talento voltar fisicamente para Portugal?

O facto desse talento ter ido para fora, ganhar outras competências, trabalhar com outras culturas, absorver o que de melhor se faz lá fora (e aprender com os erros), é uma enorme mais-valia. Mas para tornarmos essa emigração qualificada uma vantagem para Portugal, temos de garantir que parte desse talento contribua para o nosso país. Essa contribuição pode ser com o regresso para Portugal, mas um contributo intelectual acrescenta muitas vezes tanto ou mais valor. Temos de assegurar que criamos os canais certos para que esses talentos possam contribuir juntamente com o excelente talento que temos em Portugal, para que possamos continuar esta construção e alavancagem do nosso cluster farmacêutico.

Como pode o “cluster” farmacêutico beneficiar da Diáspora portuguesa? Por onde podemos começar?

Eu acredito que, no centro do desenvolvimento das nossas sociedades, estão as pessoas. Em particular na indústria farmacêutica, sei que temos pessoas com um imenso ta-

lento. Um dos eixos fundamentais para o sucesso do nosso país, e em particular na indústria farmacêutica, passa por conseguir ligar o talento da nossa Diáspora ao talento que temos em Portugal. É urgente alavancarmos essas ligações e a troca de conhecimento.

Um exemplo concreto: O primeiro curso em Portugal sobre “Global Pharmaceutical Industry” ⁽⁴⁾ que tenho o privilégio de liderar tem exatamente essa visão: ligar o talento que está na Diáspora com o talento que temos no nosso país. Esta partilha de conhecimento, de inovação e criatividade pretende ter um contributo direto e estratégico para o nosso cluster farmacêutico. Depois do enorme sucesso desta primeira edição, vamos continuar a criar valor e a ligar a nossa Diáspora ao enorme talento que temos em Portugal. Nos mais de 15 anos em que tenho trabalhado fora de Portugal, constato que existe um número muito elevado de portugueses altamente qualificados com uma enorme vontade de partilhar o fantástico conhecimento adquirido ao longo destes anos. Temos de aproveitar esta oportunidade: as instituições portuguesas (incluindo as universidades) têm de aproveitar este importante manancial de conhecimento. Deixo aqui o apelo a todos os leitores, se for uma dessas pessoas, que gosta de partilhar o seu conhecimento, por favor entre em contacto comigo.

Por vezes são as pequenas ideias, simples, que depois de trabalhadas se tornam um verdadeiro motor de mudança. Vamos partilhar, pensar, conceber estratégias e implementar ideias juntos. Vamos construir e fazer acontecer! Vamos tornar Portugal um país melhor.

1 - Basler Zeitung, September 1, 2023; Basel stärkt sich weiter als Life Sciences Zentrum im Herzen Europas

2 - <https://www.startupticker.ch/index.php/en/news/basel-launch-accelerating-therapeutic-ventures-with-funding-of-up-to-500-000>

3 - <https://expresso.pt/sociedade/2024-01-11-Exodo-tem-um-impacto-brutal-30-dos-jovens-nascidos-em-Portugal-vivem-fora-do-pais-6b42d39c>

4 - <https://fm.ucp.pt/global-pharmaceutical-industry-patient-strategy-and-innovation-2nd-edition>

A M B I E N T E

O efeito ilhas de calor e a sua mitigação

A par do aumento das temperaturas globais, o efeito ilhas de calor está a transformar-se num grave problema nos centros das grandes cidades, quantificando vários graus Celcius acima das zonas periféricas e das áreas rurais mais próximas. Esta discrepância de temperaturas em zonas adjacentes está relacionada com as actividades humanas e com as características físicas dos ambientes urbanos. Se, durante o dia, nas estações mais quentes, as temperaturas sobem a pique, durante a noite, esse calor acumulado no asfalto e nos materiais utilizados na construção dos edifícios e infra-estruturas,

regressa lentamente à atmosfera, provocando um microclima abrasador que poderá ser prejudicial à saúde dos cidadãos, sobretudo nas franjas mais vulneráveis. Este superaquecimento deve-se, em grande parte, à escassez de cobertura arbórea e à utilização do asfalto nas estradas e cimento nas construções, mas também, à utilização de materiais não reflexivos e ao uso de cores escuras. Estes materiais possuem, por um lado, uma elevada capacidade de absorção do calor e, por outro, um grande défice de retenção da humidade, favorecendo, de igual modo, a ocorrência de cheias nos períodos mais chuvosos do ano.

As ruas estreitas, assim como os grandes arranha-céus são também responsáveis por uma menor circulação de ar. Havendo menos vento, maior será o aquecimento do

ar estagnado no centro das cidades. A somar a isso, o calor produzido pela circulação dos veículos, aparelhos de ar condicionado e outra maquinaria urbana e industrial.

Perante estas evidências, que medidas estão ao nosso alcance para podermos mitigar esta situação?

Em primeiro lugar, uma boa forma de regular as temperaturas passa pela preservação e regeneração dos espaços verdes existentes, assim como aumentar a sua proporção. Em conjugação com os anteriores, é fundamental a criação e manutenção de corredores ecológicos e ruas arborizadas. Estes espaços naturais proporcionam sombras e refrescam o ambiente através do processo de evaporação da água. Por outro lado, importa promover a utilização de materiais permeáveis e menos absorventes do calor, assim como a construção de abri-





gos climáticos urbanos, utilização de cores mais claras, coberturas verdes nos edifícios, criação de fontes e outros pontos de água fresca.

É preciso um maior incremento na utilização de materiais mais ecológicos. E, nesse alinhamento, por que não, dar uma nova roupagem em muitos daqueles que se utilizavam na arquitectura ancestral, assim como recuperar al-

gumas técnicas de construção consideradas eficazes no arrefecimento das estruturas urbanas?

Já existem, em várias latitudes, algumas cidades adaptadas ao efeito ilhas de calor, que são verdadeiras referências nesse campo. Essa adaptação progressiva surgiu por necessidade, devido à sua localização em zonas muito afectadas pelas ondas de calor.



Bons exemplos dessa adaptação podem ser encontrados em várias cidades de Espanha. Um dos mais destacados pode ser observado na cidade de Vitória, onde existem imensos espaços arborizados e áreas verdes. Na construção de edifícios e do mobiliário urbano, nota-se um grande respeito pelo meio ambiente e a adoção de técnicas de arquitectura sustentável. No mesmo sentido, Sevilha está a proceder à remodelação dos seus parques e rios. Barcelona criou cerca de duzentos espaços municipais como abrigos climáticos.

Mais a norte, na Dinamarca, em Copenhaga, é obrigatório implementar coberturas verdes na construção de novos edifícios. Essa mesma norma foi anteriormente implementada em Toronto, no Canadá e em Hamburgo, na Alemanha. Neste último caso, os proprietários recebem um subsídio para colocarem coberturas verdes.

A implementação de algumas destas medidas, ou de todas no seu conjunto, tornará as cidades mais resilientes às consequências das alterações climáticas e os seus cidadãos mais saudáveis e mais empenhados nas mudanças que urgem.



Vítor Afonso
Mestre em TIC



| LUSO-CRIANÇA

A cidade e a árvore ^{III Parte}

Como o prometido, aqui estou de volta para te explicar por que motivo és tão importante:

- Em **primeiro lugar**, as árvores ajudam a **manter o ar limpo**

Fazem uma coisa que se chama fotossíntese: durante esse processo, as plantas, incluindo as árvores, consomem carbono e libertam oxigénio. Uma árvore adulta pode absorver, em um ano, 22 quilos de carbono e produzir oxigénio suficiente para a respiração de dois humanos adultos. Os humanos, ao contrário das plantas, consomem oxigénio e libertam carbono. Já viste porque és tão importante nas cidades onde circulam tantas pessoas e tantos carros?

Estes libertam carbono. Tu transformas magicamente esse carbono e ofereces oxigénio em troca, aos humanos!

- E eles ainda nos cortam! Não entendo.

- Sou ainda pequena e vou demorar a crescer. Já vi muitas árvores adultas a serem derrubadas. Os humanos não sabem que crescemos muito? Porque nos plantam nas cidades umas tão próximas das outras e depois nos deitam abaixo? Hoje, na minha rua, tenho a companhia de duas amigas, mas ficamos afastadas para que cada uma de nós possa crescer à vontade.

- Às vezes, os humanos esquecem-se muito das coisas mais importantes.



Madalena Pires de Lima
Escritora



TRADIÇÕES LUSAS

Elogio ao Azeite

A Honra das Emoções

*Quem não ama o pão, o vinho e o azeite...
as mulheres e as canções... será um estúpido toda a vida.*

Pouco me importa quem o sonhou, quem o escreveu muito menos quem já o confessou. De qualquer forma, aplaudo tão simpática eloquência à tríade alimentar dos povos e dos locais onde reina a Oliveira — onde o sol, os prazeres da sesta e a volúpia do corpo acrescentaram agrados não menos aprazíveis. O Douro e as Terras Quentes Transmontanas. O autor deste manifesto — desta crónica de contento às honras das emoções — pede, então, perdão aos comensais de circunstância pela utilização do Azeite nas comidas mais sensatas e solicita a protecção dos sábios que sabem afrouxar os cintos nas ocasiões que fazem desta prática não uma

insólita extravagância senão a consequência de uma solene convicção. Aliás, (também o escrevi em tempos), o aroma dos guisados e as birras dos estrugidos, o cachondo dos grelos invernais, o capricho nos assados ou os mimos dos grelhados, o pico dos caldos ou o erotismo das saladas, o brio dos molhos e a desquebra dos cachicos avinagrados, a vaidade dos comeres mais abelhudos ou das patuscadas mais folgadeiras

até o perfume das viandas e a dureza da mulherada das mezinhas

não desobrigam nem aliviam o argumento de que comer



sem azeite é comer miudinho. Todavia, um breve regresso ao passado é imperatório [...] Não para o percebimento de meras curiosidades históricas mas para uma visão acontecida deste e destes alimentos, mesmo que os mitos gastronómicos de outrora desvançam temerosos intelectos ou suplantem os actuais mercantilistas de ocasião. Assim, não me escuso a referir que antepassados nossos entendessem que este alento da oliveira benairasse a inabilidade do apetite, amolentasse dentes desprevenidos, tivesse serventia na fortificação de cabelos tristonhos, acomodasse músculos fatigados, fosse ministrado aos moribundos como símbolo da vida eterna ou aos azarados para curar azias e tripas emperradas, irritações respiratórias, ataques de lombrigas, maus-olhados [...] A esta mitologia de virtuosidades medicinais, proféticas ou sagradas

outros antecessores aditaram-lhe predicados alimentares

culturais e económicos (...) Os fenícios – povo navegador, como nós portugueses – traficaram-no com a escrita alfabética, os cristãos sacralizaram-no até aos limites do sobrenatural, os gregos, além das curtimentas de azeitonas, urdiram azeites verdes, azeitilhos lúbricos, de azeitonas pretas e os correntios – que, no nosso Douro de vinhos cheirantes, foram os azeites de verão, de inverno e azeites gordos. Por sua vez, a civilização etrusca, que tanto influenciou a cultura romana, entendeu reconhecer-lhe o elevado teor «proteico!», aplicando-o na alimentação revitalizante dos escravos. E os augustos romanos já não se escusavam a condimentar qual-

quer cozinhado com muito azeite e a confrontar as refeições mais ritualistas com as melhores azeitonas do império! Na cozinha bizantina os bolos de trigo eram fritos em azeite, enquanto as sopas, feitas de água e verduras, não o isentavam como tempero. Entretanto, os árabes iniciavam-se na conservação das azeitonas com os sobejos de sumos cítricos; os judeus, embora pouco dados às lides do campo, só admitiam wa gordura do azeite na confecção culinária e muitas vezes em abusivas quantidades – desde os ovos cozidos, às bolas sovadas, até às carnes ovídeas mesmo quando grelhadas. A intensificação da agricultura, o ruralismo crescente, o fomento dos mercados locais e o dinamismo dos almocreves, os repovoamentos régios — do heroísmo e da procura da substância

a força crescente da Igreja ou a gulaima conventual fizeram com que o azeite deixasse de ser o tempero das abstinências e o combustível das lamparinas para se eleger como a gordura de reserva — o renascimento de uma alimentação mais expressiva ou uma prática indispensável na maioria do receituário das regiões culturalmente mediterrânicas. [Em resumo] de remate a este prólogo de enfeite, evoco aos mais abstraídos que a Oliveira e o Azeite são a memória dos povos dos prazeres do sol e dos calores da vida ... a imortalidade da sua cultura, a magnificência do elogio ecológico. Por isso, caros leitores

gozem a aceitação da mesa, louve-se a singularidade do azeite

porque para este prazer – o prazer do azeite – não há castas, nem raças, nem ofícios, é para todas as idades, para todas as condições, para todos os países, para todos os dias [...] pode associar-se a todos os demais prazeres e queda-se por último para consolarmos a perda de outros. E saiba-se que o azeite – com o vosso perdão – é o amante das comidas que os afortunados estômagos transcendem no prazer da mesa. E também se sabe que, sendo um bom amante, a amada não pode ser nada má (...) Nesta altura, evaporam-se utopias, regenera-se o destino e começam as despedidas com realidades comestíveis. Como o melhor de qualquer dieta é o prazer de quebrá-la, vamos a isso

apreste-se com umas laranjas e corte-as às rodelas

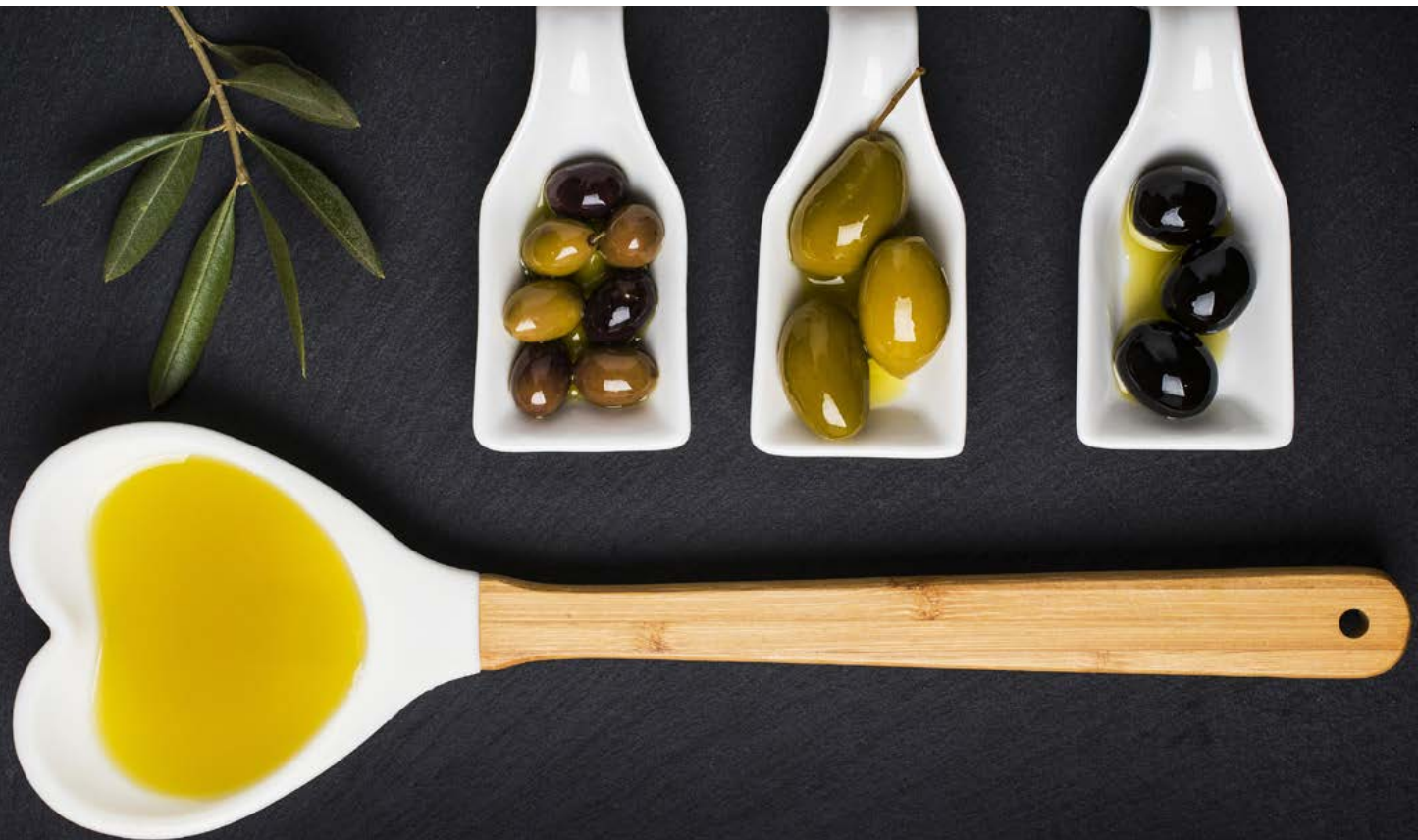
deixando pequenas tiras de casca. Retire-lhe o estorvo dos caroços e salpique com alho picado e um pouco de sal ao dente; de seguida, regue com azeite – azeite a raiar o verde picante. Simples. Esta laranja azeitada, que já foi merenda de meio-dia, acompanhava sempre com pão e azeitonas. Era o aproveitamento das laranjas mais ácidas. Posteriormente transformou-se na «laranja dos ricos» ou «laranja dos fidalgos» [freixenistas] para adornar assados de capão, cordeiro ou cabritadas. Actualmente serve-se como salada ou à so-

bremesa. Para acompanhá-la poderia rebuscar um refêgo de amêndoas com azeite – receita com origens árabes, cristianizada com a introdução do pão migado – uma boa merenda de verão no tempo das colheitas em alguns locais da Vilariça. Tem esta conduta

num almofariz esmague uma dúzia de amêndoas por pessoa

juntamente com dentes d'alhos. Vá adicionando o azeite e mude a pasta conseguida para uma terrina onde se junta água refrescada e sumo de limão; acrescente o pão migado e leve ao frigorífico. Poderia ainda relembrar uma pastada de azeitonas para barrar cadornos de pão centeio – aquele peguilho dos guardadores de gado ou dos segadores quando apartavam de casa por períodos mais ou menos longos e as azeitonas novas ainda não tinham saído da árvore – cuja arte será a de reduzir as azeitonas a puré, misturar-lhe sumo de limão e azeite de aparto, engrossando com miolo de pão fresco. Nestes vícios pouco contidos, porque não prosseguir com um caldo dos espárragos [?] apesados aos toros das oliveiras envelhecidas pelo tempo, onde os arados não chegam [...] nas carrasqueiras ou nos mortórios recolonizados pelos matagais. Para confirmar tal gesto de arremedo faça assim





amanhe um bom manhuço de espargos bravos cortando-os aos pedacitos, e escale-os em água durante três minutos. Refogue, em azeite, alho picado, cebola às rodelas e chouriço partido em trochos bastante pequenos. No apuro certo, ajunte-lhe salsa esfarrapada, a água necessária, e deixe ferver. Tempere de sal e rectifique de azeite. (Uma boa migada de pão borneiro e um ovo mexido ajudam ao conforto dos apetites mais assanhados – e de que maneira!) [...] Para evitar possíveis contenciosos, imagens enganadoras ou fúrias altíssimas, arroje-se, sem acanhos, à panóplia de sopas, caldos e migas que não recusam nem poupam o borrfado do azeite. Normalmente, para agasalhar os estômagos mais revolucionários, consagra-se ao azeite o seu mais fiel amigo – o bacalhau – cujos sabores gastrófilos se sucedem infinitamente. Deixo-vos a referência ao meu bacalhau favorito – o bacalhau no borralho

depois de bem demolhadas, escorridas e enxutas coloque cada uma das postas entre duas fatias de presunto e entrouxe em folhas de couve; ate-as com baração de uso nos fumados. De seguida, introduza os embrulhos na lareira e cubra-os com brasas mornas e alguma cinza ainda viva. Quando sentir o chiar do bacalhau é sinal de assadura aprontada. Retire os ditos do borralho e liberte as respectivas postas. Agora, afogue a borralheira do bacalhau com bastante

azeite e enfeite com cebolas às rodelas. É para acompanhar com batatas a murro ou por uma grelada bem orvalhada de azeite. Também não resisto a dar-vos à prova virtual um bacalhau entalado... saído dos feitiços gastronómicos de uma bela mogadourense ... como prelúdio para uma noite de míticas fantasias quando emparelhado com um vinho de frescura sensual. E se a trepa do palheto não atrapalhou a minha memória, como penso que não, para conseguir a gentileza dos préstimos de bacalhau tão endiabrado

primeiro demolhe as postas do dito em água gelada que seja de um dia para o outro. Limpe-as das peles para fritar à parte, desince-as das espinhas estorvantes e transforme-as em lascas ligeiramente grossas. No fundo do tacho acomode rodelas de cebola, salsa picadinha, alhos laminados, cabeças de cravinho, colorau picante, sal e um cheiro de pimenta preta, as lascas de bacalhau passadas por uma aguardente velha e, por último, as batatas rodelladas. Regue, azeitando, e leve a lume brando até cozer, abanando o tacho de vez em quando para que o bacalhau fique [bem] entalado e a bufar a quentura dos condimentos. Ao servir, enfeite com as peles fritas e azeitonas quartilhadas na companhia do tal vinho ou de um bruto espumante das margens do Varosa, e termine com um doce de laranja xaropado ou com uma calda de pingos de mel. As outras fantasias são por vossa conta!

Nestes propósitos, a minha imoderada paixão por este símbolo da portugalidade leva-me [ainda] a mencionar outras transmontanices do bacalhau — assado com pão centeio, à moda da bruxa valpacense, em sopas da segada, com chicharros migados de couves, de escabeche, na espiritualidade das pataniscas... — que abusam mas nunca insultam o prazer do azeite [...] Antes que S. Fortunato, patrono dos bons comedores, se exalte por tão luciferino prazer de comeres azeitados, principalmente pelos próprios ciúmes, deixo para escritas posteriores as peixadas, a caça, o pão e os folares. Porém, já que para alimentar o estafermo do corpo para que a inocência da alma se sinta bem nele, convide-se novamente o prazer do azeite, agora na doçaria

ferva-se de véspera litro e meio deste elixir até ficar da cor do chá. Bata quarenta ovos com um quilo de açúcar, junte-lhe o azeite fervido e um copo de aguar-

dente. Cibinho a cibinho vá acrescentando a farinha triga e tantinho de sal, batendo com a mão molhada no azeite até ficar frígida, ou seja, pronta a ser trabalhada com as mãos. Coloque os bolos conseguidos em tabuleiros com azeite, salpicados com farinha, e pincele-os com gema de ovo. Leve a forno previamente aquecido. O tamanho dos bolos é à medida dos artistas, e temos doçaina para toda a semana. São os bolos ou biscoitos de azeite; quando se excede na aguardente, chamam-lhe borrachões. Mas a pauta das ementas sacarinas azeitadas é longa e saborida, graças à popularização do açúcar e à paixão freirática pela doçaria. Foram as azeitonas doces, as cavacas, os romeiros económicos, os dormidos, os desgovernados matrafões, as rosquilhas, a mania das compotas de azeitonas [...] a fritura das bôlas estendidas. Às vezes, o azeite só servia mesmo para untar o ferro da cozedura — é o caso dos canelões. Não queria terminar este mistério oleícola sem me referir a um dos





presentes do Supremo Lavrador – as azeitonas de escabeche – que as mulheres durienses amanhavam como atributos mágicos. Preparam-se deste jeito

para meio quilo de azeitonas esartejadas, numa tigela

amanhe uma malagueta, quatro dentes de alho esborrachados, um raminho de óregãos e um pequeno molho de tomilho, duas folhas de louro, uma colher de chá de alecrim picado, outra de sementes de funcho e outra de cominhos bem esmagados. Ajeite a mistura num frasco de vidro com tampa hermética e arrase com azeite amargo, até à dobra do gargalo. Feche o frasco e deixe a repousar durante três a cinco dias. Sem estrebuchar, agite-o antes de usar e guarde-o sempre em local fresco. (Abençoadas dulcineias que souberam transformar este conduto de rotina num prazer sensual de sabores.) Finalmente per-

mitam-me outro incitamento e reclamar do entusiasmo presente para fixar de forma definitiva na nossa dieta alimentar a mais presumida de todas as gorduras – o azeite. E se somos atlânticos por posição

não deixamos de ser mediterrânicos por cultura e opção onde quase todos se apregoam como descobridores do azeite através dos seus heróis ou da imaginação dos [seus] deuses. O que não sabem é que todas as coisas deste mundo começaram por não existir, excepto o azeite que desceu á terra para a utopia do sonho e da nossa memória colectiva. Talvez, então, tenha sido por esta razão que os romanos isentaram do serviço militar os homens mancebos que plantassem oliveiras ou que, para os sábios gregos, só as virgens e os homens puros pudessem tratar das azeitonas... e do azeite. Imitemo-los porque a utopia pode ser o destino do prazer e o prazer, a partilha da utopia — pelo Azeite de Trás-os-Montes.



António Manuel Monteiro
Engenheiro Agrónomo

SAÚDE E BEM ESTAR

Exposição solar aliada ou inimiga?



A sensibilidade aos raios solares varia muito consoante algumas características pessoais como: cor da pele, cor dos olhos e a cor dos cabelos.

Distinguem-se, desse modo, seis tipos (os chamados fotótipos), que variam desde o:

Tipo I: pele branca (leitosa), muitas vezes com sardas, olhos azuis ou verdes, cabelos muito claros ou ruivos; com facilidade estas peles sofrem queimaduras e caem habitualmente, não conseguindo quase nenhum bronzeado; até ao

Tipo VI: pele negra, olhos negros, cabelos negros; praticamente não queimam e bronzeiam muito.

A luz solar é imprescindível para o desenvolvimento da vida e para o equilíbrio ecológico do nosso planeta.

Os seus efeitos benéficos para a saúde humana são múltiplos: contribui para a síntese da Vitamina D pela nossa pele (indispensável para a utilização do cálcio da alimentação e para a formação dos ossos e dentes, com algum efeito positivo na prevenção do cancro da mama e do cólon e beneficiam-



do o metabolismo no caso da diabetes tipo 2), regula e aumenta a produção da serotonina (neurotransmissor que melhora o estado de espírito e tem um efeito antidepressivo), acelera a cicatrização de algumas feridas; favorecendo a formação da melanina, protege a pele contra exposições solares futuras; melhora o psiquismo, a relação com os outros e o meio ambiente.

Quanto aos seus efeitos nocivos diretos, eles podem ser imediatos (queimaduras solares e a insolação) ou a longo prazo: problemas de circulação do sangue (varizes, etc.), envelhecimento precoce da pele, cataratas oculares, diminuição das defesas imunitárias e vários tipos de cancro da pele (cerca de 90% destes são devidos à exposição solar).

O melanoma maligno é o cancro da pele mais agressivo e verifica-se uma tendência evolutiva preocupante: em Portugal, no início da década de 80 surgiam cerca de 100 casos por ano, enquanto atualmente são diagnosticados mais de 700 casos. Os sinais e sintomas de alerta para a sua ocorrência são: alteração de qualquer sinal pré-existente na pele (na cor, forma, contornos, sangramento ou formação de crosta, aparecimento de prurido, ardor ou dor) ou o surgimento de sinais que não existiam antes. Costuma aparecer geralmente sob a forma de mancha ou nódulo de cor preta em pele sã ou sobre um sinal que já existia e na maioria das vezes, a cura só acontecerá se houver um diagnóstico e tratamento precoce.

Quanto às diversas formas de nos protegermos das radiações solares, sobretudo das mais nocivas – raios ultravioletas tipo B, que atuam mais entre as 12 e as 16 horas, passam por evitar a exposição solar durante esse período, usar barreiras de proteção (chapéu, t-shirt e óculos, para além da aplicação de protetores solares).

O critério principal de escolha de um protetor solar é o seu fator ou índice de proteção (que aparece inscrito na embalagem, devendo ser mais elevado quanto maior for o tempo que a pessoa quiser estar ao sol e quanto mais naturalmente desprotegida for a sua pele, de acordo com os fotótipos), sendo que no caso das crianças ele deverá ser sempre superior a 30.



Expedito Ribeiro
Médico de Saúde Pública



| FUNDAÇÃO AEP

As Rotas Lusitanas

A Rede Global da Diáspora (www.redeglobal.pt) é um projeto promovido pela Fundação AEP, que tem por objetivo aproximar as PME portuguesas com a Diáspora.

Este projeto responde a uma estratégia colaborativa de internacionalização, assente na construção de uma plataforma capaz de promover o relacionamento dos portugueses espalhados pelo Mundo entre si e entre estes e as PME portuguesas, com o objetivo de os transformar em verdadeiros embaixadores e promotores da oferta nacional;

É uma plataforma online de prospeção permanente nos

diversos mercados, em expansão constante, de onde é possível retirar informação relevante ao nível da caracterização da diáspora.

Numa primeira fase foi dinamizada num conjunto de mercados prioritários, em que uma das alavancas residia no poder das redes sociais como elemento disseminador de informação e agregação de motivações e interesses comuns, no intuito de aproximar as PME portuguesas aos membros desta comunidade alargada (portugueses e lusodescendentes), influente e espalhada por todo o mundo, e que continua muito ligada ao país por laços afetivos e emocionais;

Tem como base o trabalho em rede com os múltiplos agentes com atividade na Diáspora, públicos e privados, pretende-se criar um sentimento de união e orgulho nas marcas portuguesas, e de conexão entre os portugueses da diáspora, criando uma rede de embaixadores espalhados pelo mundo. E com estes pressupostos, oferece ainda a possibilidade de acesso a um mundo cosmopolita e cada vez mais global, com as novas gerações altamente qualificadas e mais conscientes da qualidade e diferenciação da oferta nacional, e simultaneamente mais disponíveis para abraçar causas relacionadas com o seu país.

ROTAS LUSITANAS

As Rotas Lusitanas surgiram com o propósito de promover os estabelecimentos que comercializem produtos nacionais, sejam eles propriedade de portugueses ou não, incen-

tivando outras empresas a comercializarem produtos e/ou marcas portuguesas, para atrair clientes junto das comunidades portuguesas.

Com esse objetivo, instalou-se a funcionalidade de mapeamento e diretório de estabelecimentos comerciais que permite aos membros da Rede o acesso a “rotas temáticas”, relacionadas com a oferta do setor agroalimentar nacional na sua área de residência.

Desta forma estimula-se o consumo e a aquisição dos produtos nacionais nas comunidades portuguesas e promove-se os estabelecimentos que comercializem os produtos nacionais.

A gestão das Rotas Lusitanas é feita inteiramente pela administração da Rede Global que define quais existem, quem faz parte delas, etc. Estas rotas estão disponíveis para consulta por parte de todos os utilizadores da rede.





Ao consultar o menu de rotas, o utilizador poderá pesquisar estas rotas por:

Geografia;

Tipo de rota;

Área de atividade;

Tipo de produtos na rota.

O utilizador terá ainda a possibilidade de guardar a rota como favorito para uma consulta mais rápida no futuro.

Inscrição na rota

Um utilizador que tenha entidades associadas ao seu perfil poderá inscrever as suas entidades numa rota.

Ele poderá seguir o desenvolvimento desta proposta numa área própria para o efeito disponibilizada no seu perfil.

Tipos de rota

As rotas poderão ter duas tipologias:

- Rota do produto - Baseada num determinado produto, podendo estar associadas a diversas marcas produtoras (ex: Rota do bacalhau).
- Rota da marca - Baseada num produto específico, dependente sempre da existência de um patrocínio da marca (ex. Rota do Licor Beirão).

Possibilidade de fazer review a uma rota

Cada utilizador poderá fazer uma review de uma entidade associada à rota.

Na mais recente evolução do conceito, a review está associada à app TripAdvisor.



NOVOS DESAFIOS PARA 2024

A I L D . P T



PELA LENTE DE

Paulo Goulart



DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE







Santos da casa fazem milagres

O que fazem os guardiães da memória quando os crentes regressam a casa? O que escutam quando o silêncio regressa?

O que vêem quando a luz se apaga e os Santos observam do altar? O que fazem os guardiães da memória quando as portas se fecham, as janelas se cobrem, as chaves rodam em fechaduras por onde as crianças espreitam?

O que fazem os guardiães da memória quando as preces e pedidos precisam (também eles) de encontrar quem as escute e os atenda? O que fazem todos aqueles que zelam por estátuas de madeira, por bancos feitos à medida, por estuques e cortinas de veludo?

O que fazem os guardiães da memória, já poucos e cada vez menos, que protegem a luz da escuridão?

E o que fazemos todos nós quando os vemos no remanso da saudade, na curva de uma estrada sinuosa, no fresco de uma manhã fria de Inverno?

Pedimos-lhes as chaves, o olhar que entende sem fazer perguntas, o calor de um silêncio presente. Nessas pequenas casas, nesses pequenos espaços, nesses pequenos recantos perdidos na paisagem. Onde todos regressamos e onde todos deixamos que eles guardem a memória que só eles sabem guardar.

Um projecto fotográfico de Paulo Goulart
Curadoria de João Vilela Geraldo



PROGRAMA REGRESSAR

Susana Filipe

*47 anos, casada com cidadão Português, também Investigador,
2 filhos de 12 e 6 anos de idade, nascidos na Áustria.*

Viveu mais de 15 anos no Estrangeiro, tendo trabalhado na Alemanha, Áustria e Emirados Árabes Unidos.

Percurso profissional em Institutos de Investigação como o Instituto Alemão Max Planck Institute e várias Empresas Multinacionais nas áreas da Indústria Química, Polímeros e Reciclagem. Trabalhou inicialmente como investigadora

e depois como gestora de equipas de investigação multinacionais e multidisciplinares.

Regressou a Portugal em 2021 com o desejo de usar a sua experiência anterior para trabalhar na área da Sustentabilidade, Gestão e Valorização de Recursos Naturais e Ambiente.



O primeiro desafio em Portugal consistiu no Startup e Gestão de um laboratório da Fraunhofer Portugal, vocacionado para o desenvolvimento de tecnologia e soluções aplicadas para os desafios na Agricultura Inteligente, Gestão de Água e Valorização de Resíduos.

Desde Março, é Diretora Executiva do Laboratório Associado CHANGE - Instituto para as Alterações Globais e Sustentabilidade. A missão será agora juntar o conhecimento dos centros de investigação MED (Universidade de Évora), cE3c (FCUL) e CENSE (UNL), decisores políticos e outros

atores importantes da Indústria, Agricultura e Sociedade, de modo a alavancar o desenvolvimento de Políticas Públicas que contribuam para uma melhoria do ambiente, sustentabilidade e competitividade económica de Portugal.

Os incentivos proporcionados pelo Programa Regressar foram obtidos de modo célere e eficiente. A informação disponibilizada nas plataformas e site do Programa Regressar e o apoio profissional à candidatura através do Sr. Nuno Alas (IEFP Évora) facilitaram e muito o processo de candidatura e a obtenção dos benefícios.

Programa Regressar



José Albano
Diretor Executivo do PCRE



| FALAR PORTUGUÊS

**Se temos dois olhos,
porque não vemos tudo a dobrar?**

Estava eu sossegado à beira da piscina, quando oiço um miúdo a fazer uma pergunta aos pais. Os pais encolheram os ombros, riram-se, apontaram para a piscina, como que a dizer «não queres ir dar um mergulho?» O miúdo não desarmou. Queria saber por que razão, se temos dois olhos, não vemos tudo a dobrar. E ali ficou a insistir, a insistir, até que o pai se riu, deu-lhe uma festa no cabelo e disse «vá, pára lá com as perguntas inconvenientes». O miúdo riu-se, orgulhoso e feliz. Tinha conseguido encontrar uma pergunta a que os pais não sabiam responder. Lá deixou o assunto de parte e deu um mergulho, para alívio dos progenitores.

Ali a olhar para a água a fingir-me desatento, apetecia-me pôr o dedo no ar e dizer «eu sei, eu sei!». Mas, não, não me arrei em Hermione. Deixei o miúdo feliz por ter conseguido atrapalhar os pais.

É que, na verdade, nós vemos a dobrar! Basta entortar um pouco os olhos para perceber isso mesmo. O que se passa é que o nosso cérebro pega nas duas imagens separadas que recebe dos dois olhos e cria uma só imagem a três dimensões. Basta pensarmos que, no cinema a 3D, o truque daqueles óculos é levar a que cada olho receba uma imagem ligeiramente diferente, para que depois o cérebro reconstitua a imagem a 3D.

Se fecharmos um dos olhos, a imagem passa a duas dimensões... Não vale a pena fazer isso agora, porque o cérebro consegue reconstruir as três dimensões em cenários que já conhece. Mas se alguém puser uma venda na cabeça do meu caro leitor e o largar numa cidade desconhecida e se, quando por fim alguém lhe tirar a venda, abrir só um dos olhos — aí sim, terá à sua frente o mundo a duas dimensões.

Mas, vá por mim, não faça isso.



Marco Neves

Universidade Nova de Lisboa

| FISCAL

Antigos Residentes em Lisboa

Como prometido, o mediador imobiliário partilhou comigo a sua visão sobre o Parque das Nações, começando por indicar que, neste momento, desaconselharia uma família a instalar-se no Parque das Nações pelas razões que passou a apontar.

Os valores dos imóveis são condicionados pela especulação imobiliária, muitos imóveis são detidos para proporcionarem altas rentabilidades, e por isso, encontramos muitos alojamentos locais legais e ilegais nestas zonas, que são utilizados para todo o tipo de festas e noites de jogo ilegal, tornando num inferno a vida das famílias que moram nesses prédios.

A polícia não tem capacidade para agir, e quando são chamados a intervir limitam-se a dar um primeiro aviso, alertando que os utilizadores serão autuados na próxima vinda, mas como os utilizadores mudam constantemente, é muito difícil que passem para além do primeiro aviso, apesar de ser o mesmo comportamento que motivou a sua deslocação.

Existem outros problemas de segurança, o Parque das Nações por não ter habitação social atraiu inicialmente muitas famílias com filhos, na esperança que estes deixassem para trás escolas lisboetas atingidas pelo flage-

lo da droga, no entanto, e para grande surpresa destas famílias, o fenómeno da droga persegue-as, uma vez que os vendedores também vieram e procuram vendê-la aos filhos de famílias endinheiradas. Estas famílias também se aperceberam da inercia da polícia local, que por diversas razões não atuam. Uma das razões, prende-se com o facto de alguns desses vendedores serem filhos de famílias ligadas a altos cargos, o que significa que mesmo sendo detidos acabam por rapidamente sair em liberdade. Por esta e muitas outras razões, a polícia acaba por se resguardar desta confusão, para mal das famílias que vêm a vida dos seus a serem destruídas, impotentes para lidar com este tipo de criminosos.

O Parque das Nações tem grandes áreas, verdes e não verdes, para peões, que são mal iluminadas, o que as torna locais ideais para assaltos e atos de violência.

Outro perigo que não podemos ignorar, é o que resulta da proximidade ao rio Tejo, o Parque das Nações pode estar sujeito a inundações em casos de fortes chuvas ou aumento do nível do mar, bem como a maremotos.

O Parque das Nações, devido à natureza turística da área e por concentrar, também, um grande número de estrangei-

ros e de novos residentes, que vão e vem com grande intensidade, acaba por dificultar o desenvolvimento de relações de vizinhança sólidas e duradouras.

As autoridades públicas nunca conseguiram adequar os equipamentos públicos, como escolas, creches, postos de saúde, esquadras, etc. para a dimensão populacional desta área.

Não é para admirar que esta freguesia tenha apenas uma Escola Básica, cuja primeira fase foi inaugurada há oito anos com a promessa de construção da segunda fase, o que até à data nunca aconteceu.

O centro de saúde projetado há trinta anos, ainda não existe, o hospital público que servirá esta zona, e que está também projetado há já 40 anos, continua a ser uma miragem.

Felizmente, que a iniciativa privada tem suprido todas estas necessidades para satisfação da população local.

Por isso, este mediador imobiliário desaconselhou a compra de habitação nesta área para uma família. No entanto para um especulador, pode ser interessante investir, sobretudo porque já se notam a saída de famílias, como se verificou em tempos no Restelo e em Telheiras por exemplo, havendo cada vez mais antigos residentes do Parque das Nações....



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



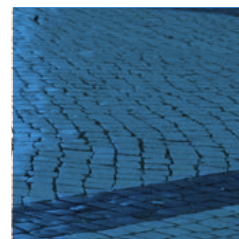
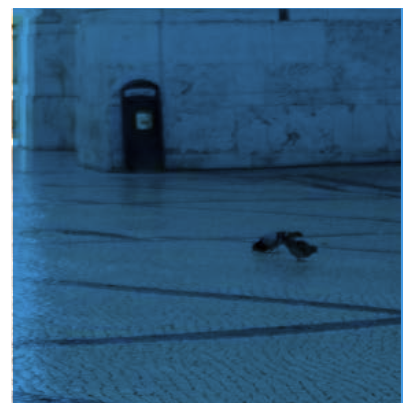
Pronto para tornar sua marca inesquecível?
A Amostra de Letras tem experiência e criatividade para ajudar a sua marca a causar um impacto duradouro. Deixe-nos ajudá-lo a expandir os seus negócios e a posicionar-se no mercado.

Entre em contacto para discutir o potencial da sua marca.
info@amostradeletras.pt

amostra
deletras.pt

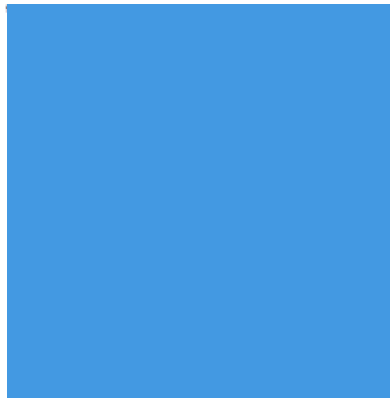


Portugal is a perfect destination



You can live better with less money, enjoy a superior quality of life and experience a vibrant and diverse culture.

Get your number one agency



Ei![®]
Assessoria Migratória

eimigrante.pt